

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE
VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Luciana Aparecida Ramos Martins

Santa Maria, RS, Brasil

2010

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Por

Luciana Aparecida Ramos Martins

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Prof. Dr. Toshio Nishijima

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Elaborada por

Luciana Aparecida Ramos Martins

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Toshio Nishijima – UFSM
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Jorge Orlando Cuéllar Noguera - UFSM

Prof. Dr. Paulo Romeu Moreira Machado - UFSM

Santa Maria, 20 de março de 2010.

© 2010

Todos os direitos autorais reservados a Luciana Aparecida Ramos Martins. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

End. Eletr: lucianaa.lumartins@hotmail.com



DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes em mais esta etapa da minha trajetória humana e intelectual, dando-me apoio, carinho, estímulo, autoconfiança e perseverança. Entre elas, de forma especial a minha amada filha Pâmela Martins e minha amiga Inajá Lemos Corrêa, que foi quem muitas vezes impediu-me de desistir da luta, obrigando-me a ser fiel aos meus objetivos apesar de todas as dificuldades.



AGRADECIMENTOS

Cada ser humano possui seu próprio caminho, recheado com seus próprios sonhos, anseios e necessidades, assim sendo, as lutas que trava em prol de suas realizações, são individuais, entretanto, para que possa obter êxito, para que possa ter ânimo para suas batalhas particulares, necessita do outro, afinal, somos apenas uma pequena parte, mais um dos muitos elos das teias da vida, onde tudo se toca, se inter-relaciona, desta forma, sinto-me imensamente grata a todas as pessoas que de uma forma ou de outra fizeram parte desta conquista. Agradeço a todos os professores do curso de Especialização em Educação Ambiental da UFSM, em especial ao professor Dr. Toshio Nishijima, meu orientador, que soube com carinho e paciência, me orientar quando o pânico ameaçava interromper minha jornada. Agradeço aos moradores da Comunidade Quilombola Passo do Maia, objeto do meu estudo, que não apenas entenderam e apoiaram minha iniciativa, mas também, foram generosos e amorosos ao me acolherem. Agradeço aos meus alunos, que todos os dias acrescentam mais um tijolo no alicerce de minha construção pessoal, obrigando-me a rever conceitos e “verdades”, dando-me amizade e apoio. Agradeço aos meus amigos e familiares, pela paciência que tiveram todas as vezes que precisaram de mim ou simplesmente desejaram minha companhia e eu, imbuída em mais uma batalha pessoal, em busca de realização, não tive tempo para eles. Por fim, agradeço a toda energia criadora, que gerou as condições necessárias para que mais esta vitória se concretizasse, pondo em meu caminho, as pessoas certas, na hora certa, nem antes, nem depois, numa perfeita sincronia.

“Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos doam; eles doam por ti”. (John Donne 1572-1631)

“O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza”. (Karl Marx, 1875)



RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

AUTORA: LUCIANA APARECIDA RAMOS MARTINS

ORIENTADOR: Prof. Dr. TOSHIO NISHIJIMA

LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, 20 de março de 2010.

O presente trabalho teve como objetivo geral aprofundar o conhecimento a respeito da realidade da comunidade quilombola Passo do Maia, localizada no município de Formigueiro, região central do Rio Grande do Sul, verificando seus êxitos e suas necessidades, com vistas a sensibilizar a comunidade quanto à importância da preservação ambiental, bem como sua correlação com a saúde e a qualidade de vida dos moradores. A fim de viabilizar ações de educação ambiental, foi efetuado um mapeamento das condições ambientais da comunidade, através de entrevista por questionário composto de questões semi-estruturadas, através do qual se constatou que atualmente a comunidade é formada por 55 moradores, sendo que apenas 17 deles exercem atividades remuneradas, destes, apenas 04 atuam na economia formal, possuem vínculo empregatício e renda garantida. Quanto à questão salarial, apenas duas das famílias entrevistadas possuem renda de 3 salários mínimos, uma família conta com 2 salários mínimos, oito das famílias sobrevivem com 1 salário mínimo e três delas possuem renda inferior a um salário mínimo. Apesar da baixa renda familiar, apenas 06 das 14 famílias entrevistadas são assistidas por programas sociais, sendo todas elas, pelo bolsa família. A grande maioria dos adultos desta comunidade possui o ensino fundamental incompleto, alguns são analfabetos e apenas um dos entrevistados possui o ensino médio incompleto. Os resultados apontaram que as noções de meio ambiente, degradação ambiental e práticas ecologicamente adequadas são bastante rudimentares.

Palavras-chave: educação ambiental; comunidade quilombola; lixo; água.

ABSTRACT

Monography
Specialization Course in Environmental Education
Universidade Federal de Santa Maria

ENVIRONMENTAL PRESERVATION AND QUALITY OF LIFE IN COMMUNITY TIES QUILOMBOLA

AUTHOR: Luciana Aparecida Ramos Martins
ADVISOR: Professor. Dr. Toshio Nishijima
PLACE AND DATE OF DEFENSE: Santa Maria, March 20, 2010.

This study aimed to greater awareness in the Quilombola community Passo do Maia, located in Formigueiro, in the central region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, the importance of environmental preservation, as well as its correlation with the health and quality of life residents. In order to make environmental education, was made a map of the environmental conditions of this community, as well as a survey of his views about the concepts of environment, pollution, methods of environmental preservation, environmentally friendly everyday practices, such as destination proper household waste through interview questionnaire consisting of both the mi-structured, whereby it was found that the community currently consists of 55 residents, with only 17 of them engaged in paid activities, only 4 work the formal economy, have employment relationship and guaranteed income. Regarding the salary issue, only two of the interviewed families reported an income of 3 minimum wages, a family has 2 times the minimum wage, eight of the families living on minimum wage and three of them have incomes below the minimum wage. Despite the low family income included only 06 of the 14 interviewed families are assisted by social programs, and all of them are assisted by Bolsa Família. The vast majority of adults in this community have the primary school, some are illiterate and only one of the respondents have attended high school, but did not conclude it. The results showed that the concepts of environment, environmental degradation and ecologically sound practices are quite rudimentary.

Key words: environmental education; community; garbage; water.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 PESQUISA DE CAMPO-----	68
ANEXO 2 TABELA DO IBGE “TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR”-----	69
ANEXO 3 TABELA DO IBGE “MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS, POR COR” -----	70
ANEXO 4 TABELA DO IBGE “MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM SALÁRIO MÍNIMO DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR COR” - -----	71
ANEXO 5 FOTOS-----	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 Número de Moradores por Residência-----	45
Figura 4.2 Escolaridade-----	46
Figura 4.3 Pessoas Economicamente Ativas-----	47
Figura 4.4 Trabalhadores Formais-----	48
Figura 4.5 Renda Familiar-----	48
Figura 4.6 Famílias Assistidas Por Programas Sociais-----	50
Figura 4.7 Problemas Ambientais na Comunidade -----	54
Figura 4.8 Destinação dos Resíduos Orgânicos -----	54
Figura 4.9 Venda de Resíduos Recicláveis -----	55
Figura 4.10 Doenças Infantis na Comunidade -----	56
Figura 4.11 Degradação Ambiental e Doenças -----	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	12
1.1 objetivos gerais-----	12
1.2 Objetivos específicos-----	13
1.3 justificativa-----	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA-----	15
2.1 Escravidão Negra no Brasil-----	15
2.2 Sustentabilidade e Educação Ambiental-----	24
2.3 Globalização-----	33
2.4 Ética e Educação Ambiental-----	36
2.5 Educação Ambiental e Comunidade Quilombola-----	38
3 METODOLOGIA-----	42
3.1 Espaço de Pesquisa e População-----	42
3.2 A Coleta de Dados-----	42
3.3 Análise dos Dados-----	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO-----	44
4.1 Número de Pessoas Residentes em Cada Domicílio-----	44
4.2 Moradores Economicamente Ativos e Renda Familiar-----	46
4.3 Famílias Beneficiadas por Programas Sociais-----	50
4.4 Escolaridade dos Chefes das Famílias-----	51
4.5 Importância da Preservação Ambiental-----	52
4.6 Coleta de Lixo e Degradação Ambiental na Comunidade-----	53
4.7 Degradação Ambiental e Doenças Infantis na Comunidade-----	56
5 CONCLUSÃO-----	59
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	62
ANEXOS-----	67

1 INTRODUÇÃO

No meio rural da região central do Estado do Rio Grande do Sul, há diversas comunidades compostas por populações afro descendentes, remanescentes de quilombos, que apresentam acentuado nível de pobreza. De um modo geral, a vida desses moradores está voltada para a agricultura de subsistência como forma de garantir a sobrevivência da família.

Apesar das comunidades remanescentes de quilombos serem legalmente amparadas pela Constituição Federal de 1988, a falta de recursos, de condições básicas de moradia, renda, higiene e saúde são uma realidade constante nestas localidades.

No município de Formigueiro (RS), foram oficialmente mapeadas três comunidades quilombolas, sendo elas: Passo dos Brum, com trinta e cinco famílias, Passo do Maia, com aproximadamente dezoito famílias e Cerro do Formigueiro com setenta e uma famílias. Outras cinco comunidades quilombolas foram mapeadas na cidade, mas ainda não foi feito um diagnóstico da situação delas.

Há necessidade de um trabalho de conscientização ambiental na localidade do Passo do Maia, que sofre as conseqüências da falta de uma coleta de lixo regular. A cada duas ou três semanas o caminhão do lixo passa para a coleta, sendo que não há coleta seletiva do lixo. Essa demora da coleta ocasiona a poluição do meio ambiente, pois é grande o acúmulo de lixo na área residencial, o que por sua vez, aumenta o número de doenças, principalmente nas crianças, como as verminoses, já que essas brincam nesses ambientes.

1.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem como objetivo geral aprofundar o conhecimento a respeito da realidade da comunidade quilombola Passo do Maia, localizada no município de Formigueiro, região central do Rio Grande do Sul seus êxitos e suas necessidades, a fim de implementar ações de educação ambiental a fim de viabilizar a preservação do meio ambiente com vistas à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos específicos são:

- Identificar a existência dos problemas de degradação ambiental na Comunidade quilombola Passo do Maia;
- Sensibilizar a comunidade da importância da preservação ambiental através de ações de educação ambiental;
- Discutir os conceitos de meio ambiente e degradação ambiental com os moradores da comunidade, bem como sua correlação com a saúde e qualidade de vida;
- Propor medidas que possibilitem diminuir a incidência de doenças relacionadas ao contato direto e regular com o lixo que fica espalhado no ambiente da comunidade quilombola.

1.3 JUSTIFICATIVA

“Todo o indivíduo ou grupo social tem o direito de ser igual, quando a diferença o inferioriza; e tem o direito de ser diferente, quando a igualdade o descaracteriza”. (Boaventura dos Santos)

O presente trabalho surge de uma necessidade historiográfica, social, ética e ambiental, visto que se propõe a estudar um grupo social amparado por lei e, que apesar disso, vive em condições quase tão rudimentares quanto seus antepassados. A comunidade quilombola vive onde faltam condições básicas de infra-estrutura e, até de sobrevivência, pois a situação de miséria falta de trabalho e renda é uma constante, sendo que grande parte da população dessa comunidade sobrevive de uma agricultura de subsistência, e da prestação de serviços como: pedreiros, domésticas, “biscateiros”, entre outros.

As famílias possuem uma média de seis filhos, sendo que o índice de doenças é elevado, principalmente entre as crianças, em parte em função do contato direto e freqüente com o lixo.

Há necessidade de um trabalho de conscientização ambiental e social nestas comunidades, auxiliando-as a efetuarem as melhorias que estão ao seu alcance, a fim de melhorar sua qualidade de vida, de saúde e talvez, até de renda.

O Brasil vivenciou mais de três séculos de escravidão negra, o que, deixou profundas marcas em nossa sociedade atual, nos mais diversos segmentos: cultural, econômico, religioso e social. É hora de “aplainar”, minimizar essas desigualdades. Existe a necessidade de uma pesquisa mais ampla quanto a esse assunto, bem como um maior debate, e a divulgação desses trabalhos e suas conclusões.

O Brasil é uma nação multi-étnica que consolidou em sua formação a mistura de elementos europeus, índios e africanos. Do ponto de vista biológico, esta integração é inegável, dando a idéia de uma convivência cotidiana igualitária, entre os representantes das diversas etnias formadoras do Brasil. Entretanto, o Brasil expressa seus preconceitos de forma dolorosa e variada. A profunda desigualdade socioeconômica do Brasil tem profundas e várias raízes. É um fenômeno de longa duração. É estrutural e histórica. A primeira e mais profunda raiz da desigualdade brasileira, remonta ao escravismo. Após a abolição, os negros se tornaram pobres livres, e nessa condição muitas gerações foram mantidas até os dias atuais. O racismo, pecado original da sociedade brasileira, é o fundador de nossas desigualdades abissais.

Os negros brasileiros padecem da tradição que os viu, especialmente após a abolição como tendo direitos sim, mas apenas os que não perturbem a ordem estabelecida. O fato de uma boa parte da população afro-brasileira transitar pela periferia de nossa sociedade é significativo já que não ocupam senão os lugares que a própria história da colonização e do desenvolvimento lhes relegou. Na verdade, os negros são predominantes na composição do mapa de exclusão de nossa sociedade atual: “A cor negra da pele dos africanos servia como uma prova física exterior de diferença e, portanto, de inferioridade” (MAESTRI, 1993, p. 21).

O trabalhador negro escravizado, não se tornou literalmente livre após a Lei Áurea, pois continuou acorrentado pelas limitações impostas pelos preconceitos, e assim continua carregando o estigma de “inferioridade através da prova física da cor de sua pele” como nos diz Maestri (1993). A Lei Áurea não teve o poder de integrar a diversidade étnico-racial, nem de tornar mais fácil, ou com maiores possibilidades (econômicas, intelectuais, sociais, etc.) a vida dos ex-escravos e seus descendentes. Assim, em pleno século XXI, eles continuam, em sua grande maioria, excluídos e marginalizados de nossa sociedade e suas possibilidades.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O objeto de pesquisa deste trabalho é um grupo social fruto de um processo histórico: uma comunidade quilombola. Assim sendo, para seu significativo entendimento, faz-se necessário uma revisão bibliográfica que contemple uma análise historiográfica com vínculos específicos sobre o escravismo, a fim de nos possibilitar o entendimento acerca do processo de formação das comunidades quilombolas, o que, é imprescindível para o entendimento, análise e compreensão, de sua forma atual de organização, bem como de suas limitações. A fim de atender aos objetivos propostos, foi abordado também, o meio ambiente, as formas de degradação, bem como os meios adequados de preservação e redução de danos, na realidade de uma comunidade quilombola, a fim de possibilitar a efetivação de ações de educação ambiental.

2.1 Escravidão Negra no Brasil

O escravismo foi um modo de produção, com repercussão nas relações sociais estabelecidas, adotado no Brasil a partir do período colonial, o chamado “descobrimento” ocorrido em 22 de abril de 1500, até o final do período imperial, sua extinção oficial ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

Foi no Brasil que a escravidão colonial alcançou o seu mais alto nível de desenvolvimento. Na América, fomos uma das primeiras nações a conhecer o escravismo e a última a aboli-lo. Dois terços de nosso passado transcorreram sob o marco da instituição negreira. O Brasil foi a nação americana que importou o maior número de africanos escravizados. Nossa economia escravista produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com a mão-de-obra servil: pau-brasil, açúcar, arroz, café, ouro, fumo, charque, etc. Praticamente não houve região do território nacional que não tenha sido tocada pela escravidão. Os negros feitorizados foram empregados em infundáveis tarefas e trabalhos, urbanos e rurais. (MAESTRI, 1993, p. 19)

No Brasil a escravidão negra iniciou de fato, a partir da instalação da monocultura canavieira, ainda na primeira metade do século XVI, viabilizando a colonização do Brasil.

Por volta de 1570, africanos escravizados começaram a ser desembarcados em grande número nas praias brasileiras, sobretudo nas da capitania de Pernambuco e da baía de Todos os Santos. (MAESTRI, 1997, P. 60)

Os escravos negros foram utilizados nas mais diversas atividades e regiões deste país, porém, com destaque para as atividades agrícolas, entre elas, a açucareira e a atividade mineradora ocorrida na região das “Gerais”, atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, a partir do século XVIII. Desta forma, os trabalhadores negros escravizados eram indispensáveis à manutenção da economia senhorial. Entretanto, era considerável o número de escravos que desempenhavam outros tipos de atividades, tais como, serviços domésticos e os escravos urbanos, que não raramente atuavam como escravos de ganho ou ainda, de aluguel.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros e, nos centros urbanos, existiram os escravos de ganho. (FAUSTO, 1999, p.68).

O negro era o principal pilar nos mais variados aspectos da vida econômica do Brasil colonial - produção açucareira, mineração, atividades urbanas, etc. (MAESTRI, 1993, p. 28)

Documentos históricos comprovam que a mão-de-obra escrava esteve presente nos mais diversos setores econômicos, atuaram no campo e nas cidades, segundo Maestri:

A vida urbana baseava-se no trabalho cativo. A construção de ruas, praças, chafarizes, residências, igrejas, mercados e edifícios públicos era dirigida por homens livres e executada por trabalhadores escravizados. As matérias-primas eram produzidas pelos cativos.(MAESTRI, 1994, p.56).

As condições de vida do trabalhador negro escravizado, que atuava nas cidades, divergia em praticamente todos os aspectos, do trabalhador que atuava na zona rural. No campo, imperava livremente a autoridade senhorial, e o horário e ritmo de trabalho, eram definidos pelas atividades da fazenda, atingiam em média, de quinze a dezoito horas diárias.

Nada era mais miserável do que a vida dos escravos dos latifúndios. Trabalhavam de sol a sol, vigiados de cima pelo feitor, um dos poucos trabalhos assalariados da estrutura latifundiária. O escravo estava inteiramente sujeito ao tratamento que o senhor lhe queria dar (...)Colocado como peça de uma vasta engrenagem de produção, foi forçado a se submeter a ela. Ante a menor falta, podia ser vítima de revoltante brutalidade”. (LOPES, 1985, p.39).

Os negros africanos eram trazidos para o Brasil pelos portugueses que os capturavam ou compravam os negros vencidos das tribos vencedoras, no continente africano, a fim de servirem como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do nordeste do Brasil, única forma da monocultura açucareira apresentar lucros consideráveis, visto que demandava grande quantidade de mão-de-obra, o que encarecia o processo produtivo. Desta forma, temos que:

A produção de açúcar exigia duras, longas e ininterruptas jornadas de trabalho. Era necessário encontrar braços abundantes e baratos para os engenhos, roças e plantações; porém, a contratação do braço assalariado era impossível. (MAESTRI, 1997, p. 55).

As formas africanas de produção de cativos para o tráfico negreiro foram essencialmente duas: a captura através da violência aberta (guerra, invasões, apresamento individuais) e a utilização dos canais institucionais, ou seja, a compra maciça dos cativos tradicionalmente produzidos pelas comunidades africanas. Tanto uma como outra causaram enormes danos às sociedades da África Negra. Principalmente ao longo da costa ocidental do continente, formaram-se poderosos estados negros dedicados à captura de homens para serem vendidos aos europeus. Com aguerridos exércitos, dizimavam e escravizavam as populações vizinhas aos seus territórios, causando pânico, medo, morte e obrigando ao desterro milhões de aldeões. (MAESTRI, 1997, p. 69)

Entretanto, o tráfico negreiro era tão ou mais lucrativo do que a própria atividade canavieira, compunha o chamado comércio triangular, visto que garantia altos retornos tanto ao traficante, quanto à metrópole e à Igreja católica.

No contexto do tráfico transatlântico, eram cobrados impostos sobre o africano escravizado quando ele era embarcado na África e quando era desembarcado no Brasil. (...). O clero português cobrava pelos batizados dos cativos, feitos em massa nas praias africanas. O tráfico negreiro propiciava o chamado comércio triangular. (MAESTRI, 1997, p. 62)

A viagem entre a África e o Brasil durava de 30 a 45 dias, de acordo com o lugar de partida e de chegada, era efetuada em navios que mais tarde foram denominados negreiros, devido sua função, ou ainda navios tumbeiros, uma relação às tumbas, pois os índices de mortalidade eram altíssimos, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, neste caso, seus corpos eram lançados ao mar.

Acredita-se que de nove a quinze milhões de africanos de ambos os sexos foram arrancados da África e chegaram vivos às Américas. Calcula-se igualmente que, para cada cativo que chegou ao Novo Mundo, três outros morreram na travessia ou na África devido às seqüelas, diretas ou indiretas, do tráfico. (MAESTRI, 1997, p. 75)

Esses negros vinham acorrentados e amontoados, já que a carga era muito superior à capacidade do navio, geralmente o triplo, a viagem transcorria em condições desumanas, as necessidades fisiológicas eram feitas no mesmo espaço em que ficavam durante toda a travessia, as condições de higiene e alimentação eram as piores possíveis. A comida era extremamente racionada e de má qualidade, cada escravo recebia apenas um copo de água a cada dois dias, alguns bebiam água do mar e adoeciam.

Durante a travessia, os cativos ficavam a maior parte do tempo encerrados nos porões, atados pelos pés, dois a dois. Recebiam pouca água para beber e comiam monótonas rações de feijão, farinha de mandioca, milho e peixe salgado. Os que não quisessem comer eram alimentados à força, com especiais aparelhos de ferro. Como os escravos doentes defecavam, urinavam e vomitavam sem poderem aproximar-se dos baldes-latrinas, era comum que se lavasse os porões com vinagre e água do mar (...)A travessia da África até o Brasil, em alguns casos podia demorar mais de dois meses". (MAESTRI, 1993, p.22).

Os escravos eram vendidos, leiloados em praça pública quando chegavam ao Brasil, tal qual mercadorias, simples peças da estrutura produtiva colonial, os mais jovens, fortes e saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos.

Após os leilões públicos, os trabalhadores negros escravizados, acompanhavam seus novos senhores, partiam para as fazendas açucareiras, para as minas de ouro, a partir do século XVIII, para as charqueadas gaúchas, para trabalhos domésticos, enfim, eram muitas as possibilidades, tanto na zona rural quanto na urbana, o que se sabe ao certo é que os escravos eram tratados da pior forma possível, fosse qual fosse sua área de atuação.

Documentos históricos comprovam que os escravos domésticos é que tinham as condições de vida "menos ruins", especialmente as negras que serviam de amas de leite aos "sinhozinho", isto considerando o contexto escravocrata, onde o negro era coisificado, transformado em apenas uma peça da estrutura produtiva. Invariavelmente trabalhavam muito, em média de 10 a 18 horas por dia, o padre jesuíta Antonil, em 1711 registrou em seu diário: "o negro é as mãos e os pés do senhor de engenho". Em troca de tanto trabalho, recebiam apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade, geralmente apenas as sobras provenientes da casa-grande.

Passavam as noites nas senzalas, que nada mais eram que galpões escuros, úmidos, com pouca higiene e sem nenhuma privacidade, muitas vezes, acorrentados a fim de se evitar as frequentes tentativas de fugas. Os castigos físicos eram uma constante, geralmente com requintes de crueldade, objetivando o “educar a negrada”, o servir de exemplo. Entre as diversas formas de castigos destacam-se: gargalheira, palmatória, correntes, máscara de flandres, açoite, entre outros. Não raro, obrigavam o próprio escravo a aplicar açoites em outro cativo que lhe era caro, por exemplo, filho a chicotear pai ou mãe, caso este desobedecesse, o castigo seria aplicado em dobro além do fato de ele mesmo também receber o castigo, assim, muitas vezes a fim de evitar um sofrimento maior, esses escravos se sujeitavam às punições.

A questão é que a escravidão transformou o negro numa “coisa”, num objeto, numa mercadoria que podia ser negociada de todas as formas: comprada, vendida, emprestada, trocada, ou seja, a escravidão desumanizou os negros pelo processo de coisificação, pois eles eram apenas mais uma peça do sistema colonial.

Os escravos eram vistos como instrumentos de trabalho, como simples máquinas designadas ou programadas para executar tarefas ao comando dos feitores, dos capatazes e, principalmente, dos senhores de engenho. Esses cativos não possuíam direitos, não tinham acesso à educação ou a qualquer tipo de instrução. Eram vistos e tratados como verdadeiros animais, marcados a ferro e fogo para que o senhor pudesse mostrar a todos sua posse.

A vida dos escravos nos engenhos não era nada fácil. Trabalhavam sobre o poder dos chicotes e eram fiscalizados durante o dia e a noite. O sofrimento durava a vida inteira e, nessas condições, o tempo de vida dos escravos era bastante reduzido.

Em troca do trabalho e do sacrifício, os escravos recebiam dos seus senhores pau, pão e pano. O “pau” simbolizava os maus tratos e os castigos, as torturas, os espancamentos, os açoites no tronco, destino certo de todo cativo que não obedecesse incondicionalmente às ordens de senhores, feitores e capatazes.

O “pão” simbolizava o alimento que mantinha o escravo em pé para cumprir suas tarefas, e o “pano” simbolizava as roupas que os escravos recebiam para cobrir suas “vergonhas”. Na grande maioria das vezes, as roupas só eram trocadas após seu completo apodrecimento.

A existência de violência e exploração na relação senhor e escravo é descrita por Freire (2004), em *Casa Grande e Senzala*, obra clássica sobre o escravismo brasileiro, onde afirma que esta relação era uma característica de uma sociedade de tipo patriarcal. A relação existente entre escravos e senhores, não diferia muito daquela existente entre pais e filhos no meio familiar.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica de nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido (FREIRE, 2004, P. 114).

Os negros trazidos como escravos para o Brasil, vieram de diferentes pontos da África, assim, tinham língua, costumes, cultura e religião diferentes.

O grupo majoritário continua constituído pelos “angolas”. Tratavam-se de quimbundus do antigo reino do N’ dongo, provenientes das regiões do Kuanza. A seguir, vinham os “benguelas”, ou seja, povos ovimbundus (...) os “congós”, quarto grupo em importância, eram cativos kikongos do antigo reino do Kongo, no norte da atual Angola. (MAESTRI, 1993, p. 33)

A “comunidade escrava”, era bastante heterogênea. Muitos dos negros trazidos da África professavam o Islamismo e eram alfabetizados, outros eram excelentes agricultores, em sua maioria sabiam ler e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelhavam ao árabe. Embora esses escravos mais “intelectualizados” fossem mais valorizados por tais atributos, também eram mais temidos, pois tinham maiores condições de se organizarem e assim, se rebelarem contra o cativo.

Um dos erros mais comuns que se comete com relação a escravidão negra no Brasil diz respeito à crença de que aquela classe formava um todo homogêneo. De fato, não eram poucas as contradições existentes dentro da população servil. Os crioulos (negros nascidos nos latifúndios) não gostavam dos recém-chegados da África. Os mulatos (em especial os que assumiam funções remuneradas no engenho: feitores, mestres-de-açúcar) desprezavam os escravos em geral. Os escravos urbanos (mais bem tratados) viam com superioridade os escravos agrários e alguns até ajudaram na luta contra os quilombos. Os ladinos (escravos com certa especialização) se julgavam melhores que os boçais (escravos sem conhecimento algum, destinados apenas lavoura). (LOPES, 1985, p.42).

A Igreja foi uma das Instituições mais importantes na legitimação do sistema escravista. Pactuava com a classe senhorial, procurando realizar seu papel de

mediadora, na tentativa de eliminar conflitos e atenuar tensões. Aos proprietários, aconselhava moderação. Resignação, passividade e esperança na vida eterna, humildade e obediência era o catecismo aplicado aos negros. A entrada do negro para o catolicismo era uma imposição de sua situação de escravo. Havia ocasiões em que o escravo abandonava os cultos africanos, movido, muitas vezes, pelo próprio interesse em aproximar-se da cultura dominante, visto que o catolicismo aparecia como o denominador comum.

O cristianismo devia aparecer ao negro como instrumento de sua ascensão social. Na maior parte das vezes, entretanto, sua aquiescência era apenas exterior, e a aparente assimilação do cristianismo tinha como resultado a distorção do rito e da essência, e a incorporação de certas tradições africanas. A intromissão de certos elementos das culturas negras, nessa forma de catolicismo desnaturado, possibilitava a preservação de valores africanos nativos, embora disfarçados sob a máscara cristã.

Há de considerar-se que os senhores escravocratas temiam a religião dos seus negros, dessa forma proibiam suas manifestações, seus cultos religiosos. No entanto, não conseguiram impedi-los de continuarem praticando-os. O que ocorreu foi um sincretismo religioso, uma mistura de ritos. O mesmo negro que era autoritariamente batizado na religião católica, que recebia um nome ligado à religião católica, que assistia missa aos domingos, era o mesmo que batia tambor na senzala ou na mata, que cultuava e fazia oferendas aos seus orixás.

O cativo perdia o nome africano no momento em que era embarcado para a América e sumariamente batizado/registrado numa praia do Continente Negro ou já a bordo do tumbeiro. É assim que tínhamos um João Pedreiro, um José Pernambuco, um Manoel Congo. (MAESTRI, 1993, p. 31)

A fim de disfarçar a forte presença da religião afro nas senzalas, pois se fosse percebida os negros seriam severamente castigados, os escravos relacionavam um santo católico à um orixá do seu culto: Por exemplo: Santa Bárbara e Iansã; Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá; entre outros.

Uma das conseqüências deste sincretismo religioso, é o surgimento da Umbanda, que a rigor, não é uma religião africana, é brasileira. Por várias décadas só foi conhecida no Brasil, ninguém mais a conhecia em nenhum outro lugar do mundo. A Umbanda é uma religião que se formou mesclando elementos do catolicismo popular, elementos da religiosidade indígena, elementos do espiritismo

Kardecista que veio da França, e elementos do Candomblé, que veio da África. A maneira de organizar o culto da Umbanda, vem muito da influência do Candomblé, por isso, geralmente é tida como uma religião africana.

“Os escravos resistiam à dominação nos seus cultos, simbolicamente (...) A macumba representa todas as relações dos escravos com as demais classes da formação autoritária colonial. Representa ainda o exercício dessas relações, a luta entre a lei da Umbanda e a revolta da Quimbanda”. (ALENCAR, 1979, p.28).

Os negros não aceitaram passivamente nem a escravidão e nem a desgastante rotina de trabalho existente nos engenhos. Os escravos elaboraram meios de resistir contra o seu opressor imediato, isto é, o senhor. “Entre as formas singulares de resistência servil à escravidão destacam-se o desamor ao trabalho, o suicídio, o justicamento e a fuga.” (MAESTRI, 1993, p. 57)

Desde a viagem nos navios negreiros, os escravos manifestavam a sua revolta contra a escravidão. Suicídios eram comuns durante a viagem e, nos engenhos, os ataques individuais aos feitores e as pequenas revoltas eram muito comuns entre os escravos; os quais também resistiam usando, com muita frequência, o aborto e, também, o suicídio.

A fuga, entretanto, foi a mais significativa forma de resistência e rebeldia. Não pela fuga em si, mas pelas suas consequências: os fugitivos se reuniam e organizavam-se em núcleos fortificados no sertão, desafiando as autoridades coloniais. Esses núcleos eram formados por pequenas unidades, os mocambos (reunião de casas), que, no conjunto, formavam os quilombos. Segundo Maestri: “As comunidades de escravos fugidos desempenharam um papel muito importante em nosso passado. Constituíram significativa forma de luta social sob a escravidão” (MAESTRI, 1993, p. 68). Cada mocambo possuía um chefe, que, por sua vez, obedecia ao chefe do quilombo, denominado Zumbi. Os moradores dos quilombos eram conhecidos como quilombolas. Eles se dedicavam ao trabalho agrícola e chegavam a estabelecer relações comerciais com os povoados vizinhos.

O quilombo- comunidade de escravos fugidos estabelecidos em um ermo qualquer- foi a mais segura maneira de um negro libertar-se da escravidão. Sob diversos nomes, temos registros de comunidades como estas em quase todas as regiões que conheceram a escravidão colonial. (MAESTRI, 1993, p. 66)

Os quilombos se espalharam por toda a região açucareira. Palmares foi o maior e o mais conhecido. Formado em 1605, por escravos fugitivos de Pernambuco, o quilombo de Palmares se estabeleceu na serra da Barriga, no atual Estado de Alagoas. A partir de 1630, quando a presença holandesa desorganizou os engenhos, a fuga de escravos tornou Palmares um quilombo de grandes proporções. Reunia mais de vinte mil homens, em 1670, e possuía uma complexa organização: pessoas encarregadas exclusivamente da segurança, divisão de tarefas agrícolas e especialistas em atividades artesanais. A produção comunitária, era dividida entre todas as famílias, não havendo hierarquia social; contudo, havia escravos, em geral aqueles que não haviam fugido espontaneamente e que só alcançariam a liberdade se lutassem ao lado dos guerreiros.

No Brasil, a confederação dos quilombos de Palmares constituiu uma formação social independente da sociedade luso-brasileira, pois, nas regiões da Serra da Barriga, nas Alagoas do século 17, ela constituiu um verdadeiro Estado com economia e sociedade independentes à organização colonial. (MAESTRI, 1993, p. 67)

Palmares, como todos os outros quilombos, representava um perigo para os senhores de engenho. Era um atrativo e uma segurança para a fuga. E se todos os escravos resolvessem fugir, quem iria produzir o precioso açúcar que era a base da economia colonial? Por isso, as autoridades locais organizaram mais de vinte expedições para destruir o Quilombo dos Palmares, que liderado por guerreiros, como Ganga-Zumba, Pedro Caçapaça, Osenga e Zumbi, resistiu por quase noventa anos.

Domingos Jorge Velho, apoiado por abundante material bélico e homens, conseguiu finalmente destruir Palmares em 1694. Entretanto, o chefe do quilombo, Zumbi, não foi capturado na ocasião: somente um ano depois foi encontrado e executado no dia 20 de novembro, data em que atualmente comemora-se o dia da consciência negra.

A sociedade brasileira atual traz as marcas do escravismo, quer seja, através do preconceito e da exclusão social, pois apesar do discurso de nação multi-étnica, o Brasil expressa seus preconceitos de forma dolorosa e variada, geralmente os chamados afro-brasileiros moram nas periferias das cidades, nos morros e favelas, quando não engrossam as fileiras dos desempregados, possuem subempregos mal remunerados, freqüentemente não conseguem concluir a educação básica, o que,

apenas consolida sua posição de excluído e marginalizado, em uma sociedade com excedente de mão-de-obra, que cada vez mais exige uma maior qualificação e formação profissional.

Pesquisas indicam que entre a população carcerária, a maioria é negra ou parda, e naturalmente proveniente das camadas mais pobres da população, nas grandes cidades, geralmente provenientes dos morros, onde em sua maioria a população também é afro-descendente.

Quer seja, através da influência cultural, presente nas músicas, dança, vocabulário, culinária, entre outros, o que comprova que mesmo com todas as imposições e restrições sofridas durante o período escravista, os africanos não permitiram a morte ou esquecimento de suas referências culturais. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, mantiveram suas representações artísticas e até desenvolveram uma nova forma de luta: a capoeira.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREIRE, 2004, P. 367).

2.2 Sustentabilidade e Educação Ambiental

As sociedades contemporâneas vivenciam cotidianamente a degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, numa busca desenfreada e, muitas vezes inconseqüente de suprir suas necessidades e satisfazer seus desejos de consumo. “A multiplicação dos riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves conseqüências, é elemento chave para se entender as características, os limites e as transformações da nossa modernidade.” (JACOBI, 2003, p.10)

Os reflexos ambientais provenientes da nossa forma de apropriação da natureza talvez seja o grande freio natural que vai estabelecer o limite às ações humanas. Nas últimas décadas acumularam-se evidências de que o desenvolvimento econômico alcançado por alguns e perseguido por muitos países está causando efeitos trágicos sobre o meio ambiente e a grandes parcelas da população humana. A intensificação das atividades econômicas associadas ao explosivo

crescimento populacional, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, tem colocado em xeque o modelo de desenvolvimento vigente. Nunca a pressão sobre os recursos naturais foi tão intensa em toda a história planetária. (TORRES, 2003, P. 144)

Dessa forma, é pungente a necessidade de uma educação ambiental provida de sentidos e, articulada entre diversos setores e diversos atores, que perpassa a educação formal e não formal, de forma conjunta e interdisciplinar. Oportunizando sempre a formação, a capacitação de novos profissionais, capazes de atuar de forma cooperativa, disseminando conhecimentos e significação, referentes à preservação ambiental, contemplando as inter-relações do meio natural com o social, buscando alternativas para uma nova forma de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade socioambiental e, isso só será possível através do amadurecimento de conceitos como ética, cidadania, co-responsabilidade, identidade cultural e diversidade. Repensando a realidade de modo complexo, definindo-a como uma nova racionalidade e um espaço capaz de articular natureza, técnica e cultura.

Tanner (1978), que elabora um quadro comparativo entre a educação conservacionista e a educação ambiental, entende que a principal característica da primeira é o foco no ambiente não humano. Daí ser também intitulada com frequência como “o estudo da natureza”. Predominantemente rural, aborda basicamente as ciências naturais como conteúdo a transmitir, e a sua principal mensagem é mostrar ao educando os impactos decorrentes das atividades humanas na natureza, para então enfatizar os meios tecnológicos capazes de enfrentá-los. Entendendo o problema ambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos que gera “maus comportamentos”, caberia à educação conservacionista, um instrumento de socialização humana perante a natureza, criar “bons comportamentos” Tanner (1978) esclarece que a educação ambiental insere o ambiente humano em suas considerações, sobretudo o urbano, promovendo uma maior articulação entre o mundo natural e o mundo social. Com isso, transcende a perspectiva da abordagem de conteúdos meramente biologizantes das ciências naturais e engloba aspectos socioeconômicos, políticos e culturais das ciências sociais e humanas. (TANNER, 1978 apud LAYRARGUES, 2000, p. 2).

A educação ambiental preocupa-se, contempla a esfera da cidadania, enquanto a educação conservacionista limita-se a um âmbito tecnocrático e comportamental. Entretanto, pode-se afirmar que ambas as práticas continuam atuando concomitantemente, visto que a primeira não suplantou a segunda. Neste contexto, insere-se um novo conceito, o conceito de Gestão Ambiental, “entendida essencialmente como um processo de mediação de conflitos de interesse”. (LAYRARGUES, 1998, p. 4).

Ao contrário da educação conservacionista, podemos verificar que a educação ambiental não difere da Educação para a Gestão Ambiental. Esta última apenas avança no detalhamento de uma das dimensões da educação ambiental, já sinalizada desde Tbilisi, no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e da democracia ambiental. Assim sendo, ela deve ser entendida como um subconjunto da educação ambiental, pois das quatro correntes de práticas educativas voltadas para a questão ambiental no Brasil, identificadas por Sorrentino (1993) – conservacionista, educação ao ar livre, economia ecológica e gestão ambiental – tudo indica que esta última tenha adquirido maior projeção entre os educadores, sobressaindo-se dentre as demais. (LAYRARGUES, 2000, p.5).

A Educação para a Gestão Ambiental é o componente mais expressivo da Educação Ambiental no Brasil, “50,2% dos programas analisados pelo Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental adotam a elaboração de projetos de participação comunitária como método utilizado” (LAYRARGUES, 2000, p. 6). Entre os termos que permeiam o universo da educação ambiental no Brasil temos conceitos como: cidadania ativa, descentralização ou gestão participativa. Os ambientalistas brasileiros concordam que apenas a democracia será capaz de conduzir à sustentabilidade, isto se dará em espaços de negociações como os órgãos colegiados, a exemplo dos Conselhos de Meio Ambiente e as instâncias participativas consultivas, como as Audiências Públicas.

Os ambientalistas brasileiros diferem-se, especialmente dos europeus, a partir de seu jargão conceitual, que prioriza conceitos políticos e filosóficos, tais como autonomia, cidadania, justiça, participação e democracia. Os educadores ambientais brasileiros entendem que educação ambiental é também e fundamentalmente, uma educação política, com vistas à formação e participação ativa dos cidadãos. Para tal, busca-se articular os aspectos econômicos, sociais e culturais com os aspectos ecológicos, efetuando-se uma abordagem integradora e sócioambiental. No Brasil, a questão ambiental, evidencia as diferenças sociais que permeiam a sociedade brasileira, desta forma, viabilizando a construção de uma sociedade mais justa e

ambientalmente saudável. “A autonomia, emancipação, participação, cidadania, justiça social não são metas a serem atingidas, mas meios que devem ser construídos em nosso cotidiano”. (LAYRARGUES, 2000, p. 9). Enquanto que na Europa, assim como na América do Norte, a abordagem efetuada é fundamentalmente naturalista, priorizando o conhecimento dos aspectos ecológicos da problemática ambiental.

A educação ambiental pensada e refletida no Brasil e América Latina apresenta como meta o deslanchar da ecocidadania, com a ampliação do espaço político de participação na defesa dos interesses coletivos de bem-estar e de proteção ambiental. . (LAYRARGUES, 2000, p 7).

É através da busca do desenvolvimento sustentável que será possível garantir mudanças sociopolíticas, que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que mantêm as comunidades. As sociedades têm direito e necessidade de acesso à informação e à educação ambiental de forma integradora, pois é através desse acesso, bem como da transparência da administração dos problemas ambientais urbanos, que poderá ocorrer a reorganização do poder e da autoridade.

Quintas (2001) define que é na tensão entre a necessidade de se garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum da população e, portanto, como espaço público e o modo como são apropriados os recursos ambientais, na sociedade, que se explicita a relação meio ambiente - cidadania. Sendo que essa relação ocorre em especial, na mediação entre interesses e conflitos quanto à gestão ambiental. Sendo que no Brasil, o poder de decidir e intervir, a fim de transformar o ambiente físico-natural ou construído, e os benefícios e os custos dele decorrentes estão distribuídos, tanto em termos sociais quanto geográficos, de forma bastante desigual.

(...) observa-se, no Brasil, que o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente, seja ele físico-natural ou construído, e os benefícios e os custos dele decorrentes estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade de modo assimétrico. (...) determinados grupos sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade do meio ambiental. (QUINTAS, 2001, P. 41)

Ampliando-se o crescimento da consciência ambiental poderá ocorrer uma maior e, mais significativa participação popular no processo decisório, fortalecendo

assim, sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Dessa forma essas pessoas serão capazes de questionar a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento com vista à inclusão social, constituindo-se assim, uma democracia participativa, de forma plural. Como nos confirma Jacobi:

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.(JACOBI, 2003, p.192)

A educação ambiental é uma ferramenta indispensável de transformação social, na qual a co-responsabilização dos indivíduos é um objetivo essencial a fim de promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, que por sua vez é condição básica para uma gradativa melhoria na qualidade de vida, o quê requer uma prática social centrada no conceito de natureza, pois o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente tem apresentado conseqüências cada vez mais complexas tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Ou seja, é necessário harmonizar os processos ambientais com os socioeconômicos, visto a complexidade do processo de transformação das sociedades contemporâneas, cada vez mais afetadas por riscos e agravos socioambientais. “inverter a tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.” (JACOBI,1997,apud JACOBI, 2003, p.193)

As sociedades humanas precisam conscientizar-se da urgente e crescente necessidade de uma exploração racional dos recursos naturais, na busca pela satisfação de suas necessidades materiais. Isso significa uma mudança radical nas relações entre sociedade humana e natureza, uma mudança significativa do processo civilizatório, pois vive-se uma crise mundial, em nível ambiental, econômico e social.

Furriela (2001) define consumo sustentável como sendo a forma de suprir as necessidades das gerações atuais, com respeito ao meio ambiente, de forma a não comprometer as necessidades das gerações futuras, através do respeito aos recursos naturais e sua esgotabilidade, sendo que essa prática só é possível através da formação de consumidores-cidadãos, sendo esse, um trabalho educativo essencialmente político. Os principais problemas ambientais atuais, a nível global,

tais como: poluição do ar, mudança do clima no planeta, alteração de habitats e poluição das águas, estão diretamente relacionados ao modelo atual de “desenvolvimento” e apropriação dos recursos naturais, ou seja, uma forma de consumo não sustentável.

Mudanças climáticas são processos naturais, consideradas as escalas de tempo de milhares de anos de eras geológicas. Entretanto, a velocidade e a intensidade com que estão ocorrendo mudanças no sistema climático da Terra a partir da Revolução Industrial é que têm sido objeto das preocupações de cientistas e líderes mundiais, principalmente nas duas últimas décadas. (FELDEMANN, 2001, P. 37)

“O consumidor é ator de transformação, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado” (FURRIELA, 2001, p. 47). A fim de se obter um novo padrão de consumo, o consumo sustentável, é preciso desenvolver ações no nível micro e macro, do âmbito privado ao global.

O conceito de desenvolvimento deve priorizar a superação dos déficits sociais, das necessidades básicas e da alteração dos padrões de consumo, identificando e reconhecendo as limitações ecológicas, a fim de interromper o padrão predatório de desenvolvimento, a fim de viabilizar a concretização de uma sociedade sustentável, o quê, tem sido dificultado devido a uma restrita consciência da sociedade, a respeito das conseqüências do modelo de desenvolvimento atual, o predatório, logo, insustentável, que desconsidera a limitação dos recursos naturais, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água. (JACOBI, 2003, p.195).

É cada vez maior o número de pessoas, governos e instituições preocupadas com a questão ambiental, com a preservação do planeta e, por conseguinte da vida. Entretanto, isso só será possível através da mudança deste modelo de desenvolvimento, ele precisa ser substituído por um modelo sustentável. Os governos, ainda têm uma postura resistente quanto ao modelo sustentável, com receio que ele ocasione uma retração na economia, no crescimento dos países. Contudo, para que se consiga a sustentabilidade, é necessário que se tenha clareza do quadro atual, identificar os danos já causados, tanto em termos quantitativos como qualitativos, bem como, de onde se quer chegar, de quais objetivos se deseja atingir. A sustentabilidade está intimamente ligada ao princípio da equidade, ou seja,

há uma relação de interdependência entre ambos, visto que não há sustentabilidade sem equidade quanto ao uso dos recursos naturais. (HILLIG, 2009, p.20).

Assim sendo, a sustentabilidade engloba as dimensões ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional. É necessário que a sociedade discuta seus destinos com o propósito de definir um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. Assim, temos que:

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. (JACOBI, 2003, p.196)

Nessa perspectiva, a educação ambiental constitui-se em um ato político, cujo objetivo maior é a transformação social, através da integração do homem, da natureza e do universo, visto que o homem é o maior responsável pela destruição do meio ambiente e seu ecossistema. Assim, educação ambiental está intimamente relacionada com educação para a cidadania e, perpassa vários campos do conhecimento, tendo uma abordagem multirreferencial. (JACOBI, 2003).

Num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, isso envolve um conjunto de atores do universo educativo em todos os níveis, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento e a sua capacitação numa perspectiva interdisciplinar. Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente. (JACOBI, 2003, p.189)

A escola participa desse processo “como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida” (Tristão 2002 apud JACOBI,2003 P.197).

A educação ambiental deve efetivar-se como um processo de permanente aprendizagem, valorizando as diferentes formas de conhecimento e, formando cidadãos com consciência local e planetária. A educação ambiental tem predominado num ambiente formal, cujas maiores preocupações são com a questão do lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, conscientização a cerca da poluição do ar. A educação ambiental efetivada no Brasil é bastante diversa e, a presença dos órgãos governamentais como articuladores,

coordenadores e promotores de ações, tem sido muito restrita, quando na verdade, o poder público tem a função de ser indutor desse processo de transformação social, ética, de valores, de padrão de consumo e desenvolvimento. Entretanto, é preciso que a população seja atuante, abandone seu papel passivo, deixe de aceitar a tutela do Estado.

As ONGs e organizações comunitárias, têm conseguido desenvolver um trabalho bastante significativo quanto à questão ambiental, junto a diferentes públicos mas, principalmente em relação ao público infantil e juvenil, desenvolvendo ações não formais, com práticas inovadoras, visando incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as idades e grupos sociais, em defesa da vida. Auxiliando, dessa forma, na formação de sujeitos cidadãos, portadores de direitos e deveres, que busquem a abertura de novos espaços de participação, pois o atual contexto socioambiental, torna pungente a capacitação das pessoas a fim de enfrentarem a exclusão e as desigualdades. Isso se dará a partir do aumento do nível de consciência ambiental, o quê, por sua vez requer a transformação de valores éticos, sociais e morais para atingir um desenvolvimento sustentável, uma nova forma de relação do ser humano com a natureza, através de um somatório de práticas, mudanças de atitudes, de hábitos cotidianos. Isso será possível através de novos paradigmas educativos.

O movimento ambientalista preocupa-se com a cidadania para os desiguais, com os direitos sociais, com o impacto da degradação das condições de vida em função da degradação socioambiental e com a conscientização da sociedade, da importância das práticas voltadas para a sustentabilidade através da educação ambiental. A maioria das entidades baseia-se no trabalho voluntário não remunerado, porém, tem se observado um crescente esforço de profissionalização, embora, ainda em um pequeno número de entidades. Assim, temos que:

O desafio que está colocado é o de não só reconhecer, mas estimular práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, como é o caso de comunidades locais e ONGs (JACOBI, 2003,p.202).

É preciso criar condições para a ruptura com a cultura política dominante bem como, para uma nova proposta de sociabilidade pautada na educação para a participação, a fim de que as pessoas tenham cada vez mais, condições de intervir de forma concreta nas decisões de interesse público, garantindo propostas de

gestão, baseadas na garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação, a fim de que aja a institucionalização do controle social. (JACOBI, 2003,p.203).

O desafio político da sustentabilidade, apoiado no potencial transformador das relações sociais, está intimamente relacionado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania. A sustentabilidade almeja um desenvolvimento capaz de superar o reducionismo e, requer um pensar e um fazer, referente ao meio ambiente, que estimule o diálogo entre os saberes, além de priorizar a participação e os valores éticos como condição primordial para fortalecer a complexa relação entre sociedade e natureza. Nesse contexto, os professores assumem um papel fundamental a fim de, catalisar as transformações de uma educação comprometida com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo. Atuam como mediadores e transmissores de um conhecimento fundamental para que os alunos, seres em formação, desenvolvam uma compreensão do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções, bem como, da importância da responsabilidade de cada um a fim de construir uma sociedade planetária menos desigual, menos excludente e, ambientalmente sustentável(JACOBI, 2003,p.202).

Os principais problemas de nossa época, não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial.(Capra.1996,p.14)

Nos últimos anos, a educação ambiental vem sendo cada vez mais desacreditada no cenário internacional, isso se deve em parte, pela falta de resultados concretos, bem como em função da fragilidade metodológica de suas práticas. Entretanto, a educação ambiental continua sendo considerada ferramenta fundamental frente aos problemas globais de degradação ambiental. No entanto, não se percebe total reconhecimento de sua eficácia, ocasionando uma desqualificação dos profissionais da área. “Em mais de vinte anos de existência, ela não tem conseguido provar resultados na reversão da crise ambiental no tocante às suas atribuições” (LAYRARGUES, 2000, p. 5).

Soma-se a isso a confusão existente entre as práticas educativas relativas ao meio ambiente. Muitas vezes são consideradas atividades de educação

ambiental que na verdade poderiam ser entendidas como atividades de educação conservacionista, uma vez que são desenvolvidas, conforme verifica Brügger (1998), de forma reducionista, enfocando apenas as dimensões natural e técnica, apesar do consenso discursivo de que a educação ambiental deve ser trabalhada sob uma perspectiva integral e holista. Embora os princípios e objetivos da educação ambiental estejam razoavelmente esclarecidos, se desconhecem os meios para implementá-los. Essas incógnitas contribuem para seu descrédito, e diante da insatisfação, popularizam-se novos termos que passam a se constituir como referências mais seguras e atualizadas. (LAYRARGUES, 2000, p 6).

2.3 Globalização

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, onde as transformações efetuam-se de forma gradativamente mais aceleradas, tudo é muito efêmero e transitório, as constantes inovações, encontram-se a um passo de tornarem-se obsoletas, como é o caso das inovações tecnológicas. Como nos diz Holgónsi (1999. A Razão): “(...) pós-modernidade o lugar, por excelência, do efêmero, do fugaz, portanto, da incerteza.”

Uma das possíveis definições de globalização, seria a de que se trata de um fenômeno capitalista, uma consequência do modelo de produção capitalista que iniciou ainda na fase do mercantilismo, também denominado de pré-capitalismo, um fenômeno complexo iniciado no século XV, durante o evento dos “descobrimientos de novas terras” e que teve seu desenvolvimento a partir da Revolução Industrial.

Estreitamente vinculado à fase pós-moderna do capitalismo multinacional, o atual processo de globalização diz respeito a profundas mudanças no campo econômico, político, sociocultural e tecnológico, caracterizando, assim, o contexto histórico em que vivemos. Esse processo tem sido analisado através de molduras político-ideológicas que acabam em julgamentos moralizantes, tornam seu entendimento fragmentado e não evidenciam suas contradições. Essas contradições, produtivas (positividades da globalização) e não-produtivas (negatividades), agem sobre todos os aspectos da vida e, conseqüentemente, sobre a autonomia dos indivíduos pós-modernos, podendo incentivar/facilitar o exercício da mesma e/ou obstaculizá-lo. (SIQUEIRA, 2001, p.01).

Entre os séculos XV e XVIII, ocorre uma acentuada e gradativa redução dos custos de transporte marítimo, visto que o incentivo à indústria marítima era uma das características mercantilistas, pois tratava da forma pela qual as potências europeias da época conseguiam chegar à “novas terras” e efetuar outra das características mercantilistas, o colonialismo, ocasionando um grande aumento no fluxo de força de trabalho entre os países e continentes, particularmente nas novas colônias

européias. Durante este período ocorre um acentuado aumento da complexidade das relações políticas europeias. (SANTOS, 1985, p. 29)

O fim da Segunda Guerra mundial, é tido como início da globalização moderna. O mundo vivenciou e constatou de forma inegável o poder de destruição gerado pelo avanço tecnológico. Tanto as nações vitoriosas da guerra quanto as devastadas potências do eixo, concluíram ser imprescindível para a humanidade a criação de mecanismos diplomáticos e comerciais a fim de aproximar cada vez mais as nações uma das outras. A partir deste consenso surgiu as Nações Unidas, bem como, logo após, o conceito de bloco econômico viabilizado com a fundação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço - CECA. (SANTOS, 1985, P. 90)

De forma gradativa, os países capitalistas e as chamados economias de transição, começaram a “abrir suas fronteiras” a produtos provenientes de outras nações, isto em função da necessidade de expandir seus mercados, ocasionando o crescimento e fortalecimento da ideologia econômica do liberalismo, ou neo-liberalismo. (COTRIM, 1998, p. 80)

A distribuição de renda atual está estabilizada e em gradativa melhoria, entretanto, outros estudos mais recentes da ONU indicam que a globalização e a liberalização econômica, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas. Desta forma temos que:

O atual processo de globalização tem sido visto/analísado como algo exclusivamente positivo, ou então, exclusivamente, negativo. Os apologistas defendem este processo como um novo tempo espaço que abre possibilidades para realização dos indivíduos através de um progresso social e econômico positivos (com melhores padrões de vida), da inovação tecnológica (maior facilidade de locomoção, de contato com o mundo, de ganho de tempo, de acesso à informação) e da liberdade cultural. Possuem uma concepção bastante clara dos desenvolvimentos técnicos propiciados pelo capitalismo global, porém minimizam as conseqüências socioeconômicas e as políticas negativas para os indivíduos neste contexto. Os críticos radicais acentuam que a globalização é a responsável pelo aumento da pobreza, da violência e da destruição ambiental; é destruidora das tradições locais, provoca uma homogeneização cultural sem precedentes e subordina as regiões mais pobres às mais ricas. Através de uma postura idealista, afirmam que a globalização é determinada pelo neoliberalismo, faltando-lhes a distinção entre o que é um fenômeno estrutural objetivo (globalização) e o que é um programa político-ideológico (neoliberalismo) que procura se adaptar a este fenômeno. (HOLGONSI, 2001, p. 2-3)

A globalização, segundo Stiglitz (2002), poderia ou deveria ser uma força propulsora de desenvolvimento, bem como da redução das desigualdades

internacionais, entretanto, está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa e para um mundo com menos conflitos.

Cientistas e pesquisadores possuem variadas e diversas teorias acerca da globalização, tanto em termos conceituais quanto em relação aos seus efeitos e impactos, alguns a veem como a possível solução ou forma de minimização dos problemas mundiais, outros a veem com maior cautela, e outros ainda, a veem como origem de maiores problemas, como por exemplo, processo de massificação cultural, facilitador do processo de exploração e dominação dos países mais pobres pelos mais ricos.

A globalização, segundo Huntington (1997) é na verdade, um processo de expansão da cultura ocidental e do sistema capitalista sobre os demais modos de vida e de produção do mundo, que conduziria inevitavelmente a um choque de civilizações.

Vivenciamos o mundo-como-um-todo porque as novas tecnologias de comunicação e informação trazem-no para dentro de nossas casas e, simultaneamente, nos levam para fora, colocando-nos em contato com outros costumes, outras maneiras de ver o mundo, de viver a riqueza e de sentir a pobreza. A interface da tela (televisão, computador, teleconferência, teletrabalho, etc.), abolindo a realidade das distâncias, faz com que estejamos no "mundo todo" sem que para isto precisemos viajar fisicamente. ((SIQUEIRA, 2001, p.7)

O fenômeno de globalização, segundo Oliva (2001), não pode, de forma alguma ser analisado apenas sob a perspectiva econômica, fato que geralmente ocorre, “O fenômeno da globalização será sempre mal compreendido se o reduzirmos apenas à sua dimensão econômica, fato esse muito comum” (OLIVA, 2001, p. 57) em função disso, torna-se difícil relacioná-lo a outras dimensões, dando muitas vezes a impressão de oposição entre esses elementos, como por exemplo, à questão ambiental. Visualizar a problemática da degradação ambiental como consequência da globalização, trata-se de um engano ingênuo, pois a própria preocupação com a preservação ambiental é uma das características do processo de globalização, pois encontra-se entre as prioridades de todos os países e povos, uma prova concreta é o documento Agenda 21 produzido na Rio - 92, almejando o desenvolvimento sustentável em escala global. Assim:

Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação da economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar para além da economia. Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Ela resulta da eliminação da distância e do tempo. Por exemplo, teria sido impossível considerar o mundo como uma unidade antes de ele ter sido circunavegado no início do século XVI. Do mesmo modo, creio que os revolucionários avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações desde o final da Segunda Guerra Mundial foram responsáveis pelas condições para que a economia alcançasse os níveis atuais de globalização. (HOBBSAWN,2000, P. 71 apud OLIVA, 2001, p. 57 E 58)

O fato é que a humanidade desenvolveu-se ao longo de sua trajetória, entretanto, o mundo continua dividido entre nações ricas e nações pobres, convenientemente denominadas atualmente como países em desenvolvimento. Globalizam-se ganhos, de maneira geral, entretanto, os problemas ficam localizados, limitados em especial ao terceiro mundo. Entre estes, temos grupos humanos ainda mais excluídos dos processos de desenvolvimento, para os quais dedica-se ainda menos atenção, é o caso de grupos indígenas e de comunidades quilombolas.

2.4 Ética e Educação Ambiental

A ética é o elemento que norteia o comportamento humano, “Toda opção a ser feita envolve uma escolha e esta é orientada por valores. Toda ação é uma opção. Optar significa escolher na pluralidade das possibilidades” (TORRES, 2003, P. 583). Assim sendo, a ética é uma característica inerente a toda ação humana, desta forma, constitui-se em um elemento vital na produção da realidade social. Todos os seres humanos possuem seu próprio senso ético, este está estritamente relacionado com as matrizes culturais que prevalecem em suas sociedades e contextos históricos.

O homem é essencialmente um ser social, que só realiza sua existência no encontro e interação com o outro, desta forma, todas as suas ações e decisões afetam outras pessoas. Nesta convivência, que gera uma rede de inter-relações, bem como de interdependência, é imprescindível que ajam regras a fim de conduzir e harmonizar estas relações. Trata-se de códigos culturais que nos obrigam, nos limitam, mas em contrapartida, também nos protegem.

Desta forma, a ética permeia toda ação humana, está presente em todos os campos e fazeres humano. É imprescindível ter-se clareza do tipo de ética que norteia a educação ambiental, a fim de que ela possa atingir seu objetivo maior, a formação de seres pensantes, críticos, autônomos, com capacidade de empreender uma visão holística, capazes de identificar as teias de relações e interdependências, com vistas à preservação e manutenção do planeta, não apenas para a geração atual, mas em especial para as vindouras. “Educar significa crescer, proporcionar condições para pensar, criticar, ensinar, aprender, avaliar, etc.” (TORRES, 2003, p. 590).

Existem lacunas nos planejamentos e programas de educação ambiental (EA) que redundam em omissões, acidentais ou propositais, que culminarão com a baixa qualidade das atividades propostas. Isto decorre do reducionismo das questões ambientais, provocado pela omissão de conceitos, considerações, conteúdos, abordagens didáticas inapropriadas, materiais inadequados, e outras interferências que possam interferir com o processo ensino-aprendizagem. Faz-se necessária uma análise das questões éticas nos programas de educação ambiental, porque estes muitas vezes estão constituídos por valores que não tratam, ou tratam superficialmente da problemática ambiental, ou estão estruturados em premissas que não contemplam a visão holística dos aspectos que podem ser abordados em um plano de educação ambiental. Outras vezes, estes trabalhos camuflam propaganda empresarial ou política, que são as finalidades em si, utilizando-se levemente a expressão “educação ambiental”. Em algumas ocasiões, o plano de EA está desarticulado da realidade do público alvo. Existem ainda casos de imposição hierárquica para a elaboração de um conceito de educação para o meio ambiente, resultando assim em um produto formal ineficaz. (GONZALES, 2006, p.01)

No momento em que o homem se perceber enquanto parte integrante da natureza, mudará de forma radical a maneira como se relaciona com ela, passando então a respeitá-la e preservá-la, pois desta forma estará respeitando não apenas o seu direito pessoal à vida, e a vida com qualidade e dignidade, mas o de toda a humanidade.

A qualidade na educação da cidadania, sob o prisma humanista, não poderá perfazer-se sem a consciência do ethos humano, ambiental e mundial, palavras chave para a sobrevivência e perpetuação sadia do ecossistema planetário. Para alcançar um mundo de características éticas essenciais, aplica-se também um dado da visão holística: as partes compõem o todo, mas o todo está compreendido nas partes. O mundo que almejamos deverá ser procurado, não na sua globalidade, mas nas teias que o formam. (COIMBRA, 2002, p. 50 apud TORRES, 2003, 591).

2.5 Educação Ambiental e Comunidade Quilombola

Os diversos problemas que afetam a comunidade global precisam ser vistos, como diferentes facetas de uma única crise, uma crise de percepção, consequência de uma visão de mundo obsoleta inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado, onde as mudanças costumam ser tão rápidas que muitas vezes não conseguimos acompanhá-las, metabolizá-las em tempo hábil. (CAPRA, 1996, p. 14)

Entre estes problemas que preocupam as diversas sociedades planetárias, destaca-se a questão da educação. Que tipo de educação temos, que tipo de educação precisamos a fim de instrumentalizar os sujeitos a fim de serem capazes de lidar de forma autônoma e eficiente com as diversas demandas da sociedade contemporânea? Essa é a principal questão que norteia os diversos modelos de educação vigentes na atualidade, apesar de todas as possíveis diferenças entre eles: metodologia, materiais, formas de avaliação, etc. (TORRES, 2003, P.381).

As soluções para os principais problemas da atualidade requerem uma mudança radical de percepções, de pensamento e de valores. Vivenciamos um momento histórico importante para os movimentos de contestação e de proposição de uma nova forma de pensar e de agir, ao reivindicar uma outra educação, que pode ser denominada de Contrapedagógica, no sentido que se propõe a ser diferente, tanto em seus objetivos, quanto em suas metodologias, formas de avaliação, etc. Cujo principal propósito é o de resgatar uma identidade histórica com vistas a formação holística do indivíduo que possibilitará uma transformação social através do resgate da identidade em comunidades negras, valorizando sobretudo a educação ambiental, visto que fundamentalmente ela é que será capaz de sensibilizar os cidadãos quanto à importância da preservação ambiental, considerando-se ainda que estas comunidades desenvolvem uma agricultura de subsistência, sua sobrevivência depende de um relacionamento equilibrado com a natureza. (SENRA, 2007, p.5)

As práticas, conhecimentos e metodologias participativas, colaborativas e de ação-intervenção de correntes da educação popular interessam à Educação Ambiental devido aos pressupostos e aos resultados associados à transformação social que delas adivinham. As possibilidades de constituição, pela Educação, de sujeitos críticos, autônomos, participativos e emancipados vão ao encontro de várias intenções dos movimentos ambientalistas. (AMORIM, 2005, p.144)

A Educação Ambiental traz em seu bojo, de forma intrínseca e explícita, o desejo de transformação, assim sendo, é imprescindível que os sujeitos compreendam e percebam o mundo, a fim de que sejam capazes de se perceberem, de se situarem enquanto sujeitos históricos, frutos de um processo. Nesta perspectiva, a escola, a educação, formal ou não, se fundamenta enquanto elemento de resistência e de luta para essa transformação. Desta forma possibilita-se que os sujeitos envolvidos no processo educacional possam chegar a uma aprendizagem significativa, valorizando os saberes diferenciados. Ou seja, viabiliza-se uma real e significativa produção de conhecimentos. Esta prática nos mostra que tanto a “realidade” vigente, quanto o conhecimento, são dinâmicos, podem ser feito, refeito, criado, transformado, para a construção de sociedades sustentáveis. (SEBRA, 2008, p.5)

A radicalização é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta [...] a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizerem, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. (FREIRE, 2005, p.26).

Nesta perspectiva, a educação ambiental assume um caráter essencialmente Político, de contestação dos ideais de uma sociedade pautada no consumismo, no modelo predatório dos recursos naturais. Priorizando o cuidado ambiental, a preservação de espécies, de ecossistemas e de ambientes naturais, mas ainda, e talvez, sobretudo, com forte comprometimento com a dimensão cultural e de inclusão nas questões sociais. Assim sendo, a educação ambiental se consagra enquanto um processo libertador, especialmente em uma comunidade quilombola, implementando um modelo educacional próprio, valorizando e resgatando sua própria história e identidade, com enfoque especial às questões ambientais, educativas e culturais. Possibilitando a construção de conhecimentos e de evidenciar a luta quilombola.

Portanto, só uma proposta radical de se construir uma pedagogia diferenciada, portanto contrapedagógica, é que faz sentido nos desejos e anseios de realizarmos uma Educação Ambiental Libertadora.

A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação. Assim a mudança está presente no mundo e é um fator natural, porém os discursos da não-mudança são ideológicos e de acomodação que negam o sujeito como ser histórico-cultural e mutável. É

isso que a ideologia neoliberal nos coloca como uma estagnação, onde as coisas não mudam porque são assim mesmos. (FREIRE, 2000, p.40).

Após a abolição da escravatura, o governo brasileiro não implementou nenhuma política de integração das comunidades remanescentes de quilombos ao processo de desenvolvimento do país. Não lhes foi possibilitado nenhum meio de acesso à propriedade dos fatores de produção de modo a promover a integração destes à sociedade envolvente. Infere-se que este fato contribuiu, para que essas comunidades de posses ultra-seculares desenvolvessem formas próprias de organização social, produtiva, religiosa e outras formas de manifestações culturais que passaram a funcionar como símbolos característicos da etnicidade que comportam. Na verdade, não foi o isolamento relativo desses grupos que lhes propiciou as suas especificidades étnicas, mas, as relações que construíram com a sociedade que os envolve. (www.cndrs.org.br/documentos/comunidade_quilombola.doc)

A educação efetuada em comunidades quilombolas deve considerar a diversidade étnico racial e regional do país, levando em conta que a população negra apresenta índices de escolaridade e alfabetização inferiores à população branca.

A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26).

Essa diferença no acesso e permanência na escola tem contribuído para que a população negra se mantenha em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas, quer seja no mercado de trabalho ou nos demais direitos básicos, como, saúde, habitação, saneamento, segurança, alimentação, lazer, etc. Desta forma, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente.

Munanga (2000), ao analisar o preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do alunado negro, afirma que

Apesar da generalidade da exclusão de todos os alunos pobres, independente de sexo, cor, religião, idade, etc., os resultados de todas as pesquisas sérias realizadas no país mostram que, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistema da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência

negra, isto é, os alunos negros e mestiços. O que logicamente leva a crer que a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro e a buscar outras fontes de explicação (MUNANGA, 2000, p 235-236).

É necessário que o processo educativo seja capaz de conferir sentido aos conteúdos, à aprendizagem, ao conhecimento, a fim de que os educandos possam manter-se dentro de suas comunidades, valorizando suas origens históricas e culturais, para que desta forma viabilize-se a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e plural.



3 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa.

A pesquisa inicial realizou-se partindo da análise e interpretação de diferentes abordagens sobre o tema encontrado em referências bibliográficas, tanto em relação à formação histórica das comunidades quilombolas, quanto em obras específicas sobre meio ambiente, preservação ambiental e destinação adequada do lixo doméstico. Na segunda etapa, o referido estudo fundamentou-se em informações colhidas a partir de uma pesquisa exploratória, efetuada através de entrevistas e questionários aplicados aos membros desta comunidade. O trabalho de campo para a coleta de dados primários compreendeu a observação direta da organização da comunidade em questão.

3.1 Espaço da pesquisa e população

A pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola Passo do Maia localizada no Fundo do Formigueiro, no município de Formigueiro - RS, composta por aproximadamente 18 famílias, sendo todas elas afro-descendentes e, com relações de parentesco consangüíneo entre si.

Todas as famílias da localidade foram convidadas a participar do encontro, cuja data foi agendada, considerando a disponibilidade de todos os envolvidos no trabalho.

3.2 A coleta de dados

A primeira aproximação com a comunidade ocorreu através das crianças e adolescentes que cursam da 5^o à 8^o série do ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Acácio Antônio Vieira, localizada na zona rural no Fundo do Formigueiro. A finalidade deste estudo, a ser desenvolvido em sua comunidade, foi exposta aos alunos, considerando suas percepções a respeito da validade e importância desta pesquisa e, solicitado que conversassem com os pais ou responsáveis a respeito, bem como, com o líder comunitário, senhor Jubal dos

Santos Brum, tio de alguns destes alunos.

No dia 12 de agosto de 2009, foi realizado um encontro com os moradores desta comunidade, sendo presidido pela extensionista de bem estar social da EMATER / RS ASCAR, por uma representante da Pastoral da Criança, que atua junto à comunidade, pela assistente social do município.

Neste encontro, realizou-se uma conversação com os moradores presentes acerca dos conceitos de meio ambiente e degradação ambiental, sobre a existência ou não, de problemas ambientais na comunidade e, sua repercussão na saúde dos moradores, bem como, de práticas viáveis de se implementar na localidade, a fim de preservar o meio ambiente, a saúde dos moradores e sua qualidade de vida.

Num segundo momento foram aplicados questionários, efetuada uma entrevista semiestruturada, (anexo A), com questões fechadas e abertas, a fim de facilitar a abertura, a ampliação e o aprofundamento da comunicação.

A realização das entrevistas pessoais foi efetuada de forma semi-estruturada aplicadas a partir de um pequeno número de perguntas abertas (THIOLLENT, 1987), de forma a permitir aos entrevistados a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo assim a investigação. As entrevistas e questionários foram aplicados a um membro representante de cada família da comunidade.

Utilizou-se basicamente os procedimentos usuais de interrogação, ou seja, a aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas aplicadas ao grupo, assim como entrevistas.

3.3 Análise dos Dados

Após a aplicação do questionário, os dados foram tabulados, comparados e interpretados, priorizando-se o aspecto qualitativo. Buscou-se ainda, a articulação entre a pesquisa bibliográfica e os dados obtidos com a pesquisa de campo, a fim de atingir os objetivos propostos.

Os dados qualitativos tem uma natureza métrica que, se adequadamente reconhecida por procedimentos de codificação e transformação, permite seu processamento e análise de modo muito produtivo para a geração de conhecimento. (PEREIRA, 2004, p. 153-154)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos ao longo da pesquisa, considerando desde a sua fase inicial, as conversas informais com os alunos provenientes da comunidade quilombola e os dados obtidos com a pesquisa de campo, são apresentados os seguintes resultados e discussões.

4.1 Número de pessoas residentes em cada Domicílio

A maioria das casas da comunidade são construções de alvenaria, possuem cômodos modestos, mas que abrigam de forma satisfatória as famílias, embora os filhos, crianças e adolescentes não possuam quartos individuais. Essas residências foram construídas, em sua grande maioria, com verbas provenientes de programas específicos para comunidades quilombolas, segundo a legislação vigente, até porque, a média de renda familiar é bastante baixa.

As quatorze famílias entrevistadas somam um total de cinquenta e cinco pessoas, com a média de aproximadamente 4 pessoas por residência, sendo que segundo os entrevistados, muitos dos jovens da comunidade emigraram para outras localidades em busca de trabalho e renda, visto que a oferta de trabalho na região é bastante limitada. O número de moradores por residência está representado na Figura 4.1. A Comunidade Quilombola do Passo do Maia chegou a ter 27 famílias residentes, atualmente, são apenas 18.

Segundo as informações dos moradores, bem como dos alunos da Escola Municipal Acácio Antônio Vieira, que não raro, abandonam a escola em função da necessidade de trabalharem, a grande maioria da população jovem desta comunidade que se desloca em busca de trabalho, encontra-o em atividades rurais, onde recebem um determinado valor fixo por dia de trabalho, ou segundo a produção efetuada, dependendo da cultura desenvolvida, como é o caso das lavouras de fumo, ou da colheita de maçã, na região de Pelotas, sem estabelecer vínculo empregatício, logo, sem nenhum amparo em caso de doença ou impossibilidade de trabalhar, até mesmo em função de algum acidente de trabalho.

[...] As políticas educacionais e de formação para o trabalho podem entregar as mulheres e aos negros ferramentas necessárias para um melhor

desempenho no mundo do trabalho. São importantes, também, as atividades de capacitação para o desenvolvimento de carreiras profissionais que permitam ascender a posições superiores hierarquicamente, como forma de enfrentar a segmentação do mercado de trabalho, permitindo seu acesso às ocupações de melhor nível de remuneração e prestígio [...] (VALENZUELA, 1999, p.173 apud TOMÉ, P. 03, 2004)

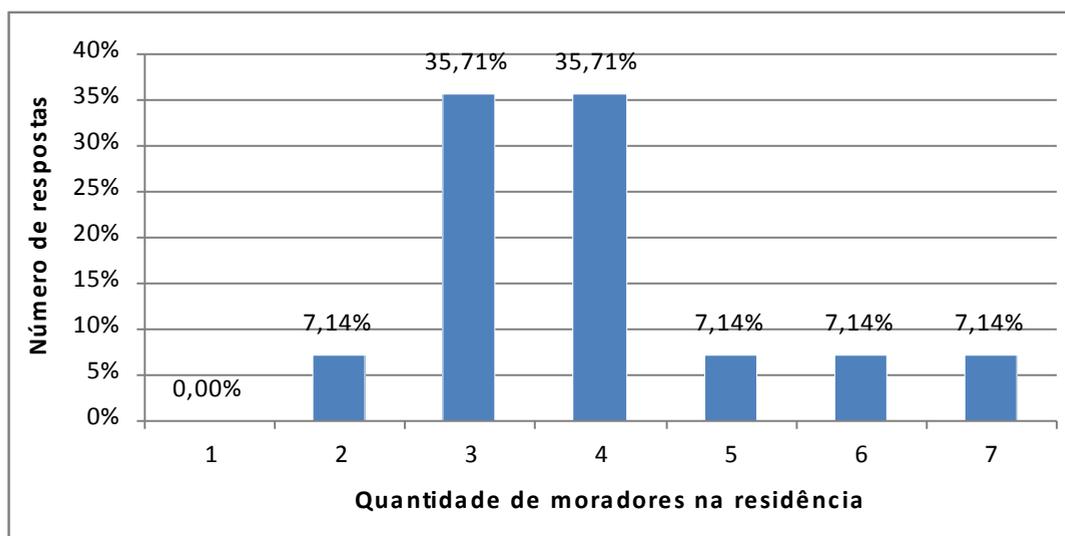


Figura 4.1- Número de pessoas residentes na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009) .

Considerando a comunidade estudada, a dificuldade em se colocar no mercado de trabalho, ou ainda, em conseguir um trabalho bem remunerado e com certas garantias trabalhistas, está diretamente relacionado aos baixos índices de escolaridade desses jovens. O índice de escolaridade verificada na comunidade está apresentado na Figura 4.2.

Como se percebe na Figura 4.2, a grande maioria deles não concluiu o ensino fundamental. Outro fator dificultador em se colocar no mercado de trabalho, é a falta de experiências em atividades que requeiram um aperfeiçoamento técnico, uma maior qualificação profissional, entretanto, numa perspectiva mais ampla, tem-se o racismo como fator de diferenciação de postos e salários ocupados no mercado de trabalho, segundo Tomé (2004):

Mais uma vez é essencial destacar que mesmo com idêntica formação acadêmica ao “branco” a maioria dos negros não consegue ocupações de alta qualificação e confiança e quando consegue furar este bloqueio, não são remunerados da mesma forma que o “branco”, auferindo ganhos sempre menores. (TOMÉ, 2004, P. 5)

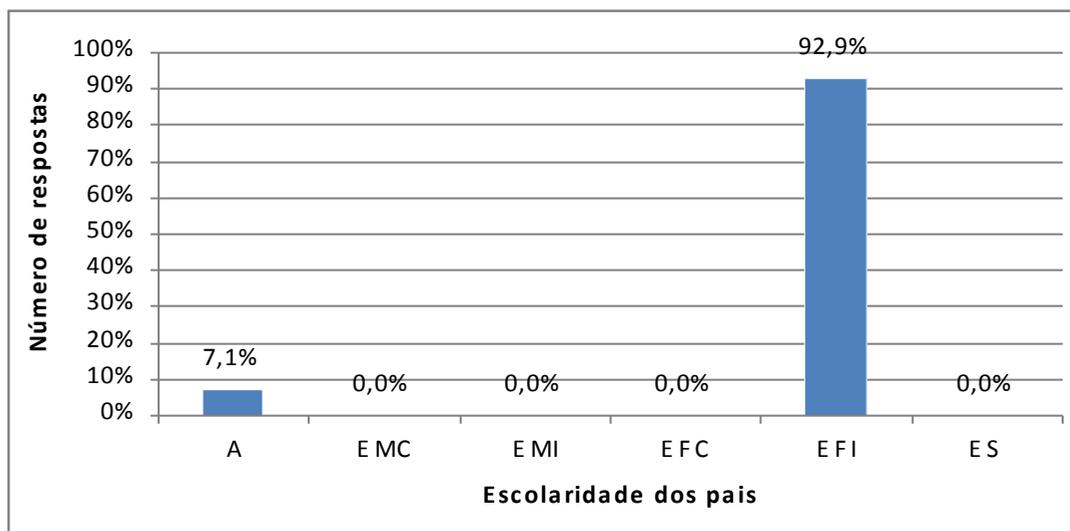


Figura 4.2 - Escolaridade dos chefes de família na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS. Sendo E.F.I, ensino fundamental incompleto; E.F.C, ensino fundamental completo; E.M.C, ensino médio completo E.M.I, ensino médio incompleto e A, analfabeto. (pesquisa realizada em outubro de 2009).

4.2 Moradores Economicamente Ativos e Renda Familiar

O racismo faz parte da cultura brasileira, cujas raízes encontram-se firmemente alicerçadas no processo histórico de construção desta sociedade, que se baseou, sobretudo no trabalho escravo negro. Este racismo é explícito e intrínseco, abrangendo as mais diversas áreas, entretanto, é mais visível e cruel no que tange ao mercado de trabalho e isto, está diretamente relacionado ao fato de que a população negra possui as menores taxas de escolarização, o que limita sobremaneira suas possibilidades de inclusão social, econômica, política e cultural, impossibilitando-os de viverem plenamente um regime democrático.

[...] o mercado de trabalho é uma das esferas em que se distingue com mais clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios no Brasil, assim como seu modo sutil de operar. Pois, ocultado por fatores aparentemente objetivos, derivados de novas e tradicionais exigências produtivas, velhas questões permanecem: os indivíduos negros estão sujeitos mais ao desemprego, permanecem mais tempo nesta situação e, quando tem trabalho, lhe são reservados postos de trabalho de menor qualidade, status e remuneração [...] (DIEESE, 2001, p.127-128)

Das cinquenta e cinco pessoas que residem na comunidade, dado

representado na figura 4.1, apenas dezessete pessoas exercem atividades remuneradas. Sendo que dentre estas, a maioria atua no mercado informal, quando há a necessidade destas atividades, prestando serviços como pedreiro, servente de pedreiro, faxineira, vendedores ambulantes, entre outros. Em função disto, a renda familiar média é bastante baixa. O número de moradores economicamente ativos está apresentado na figura 4.3.

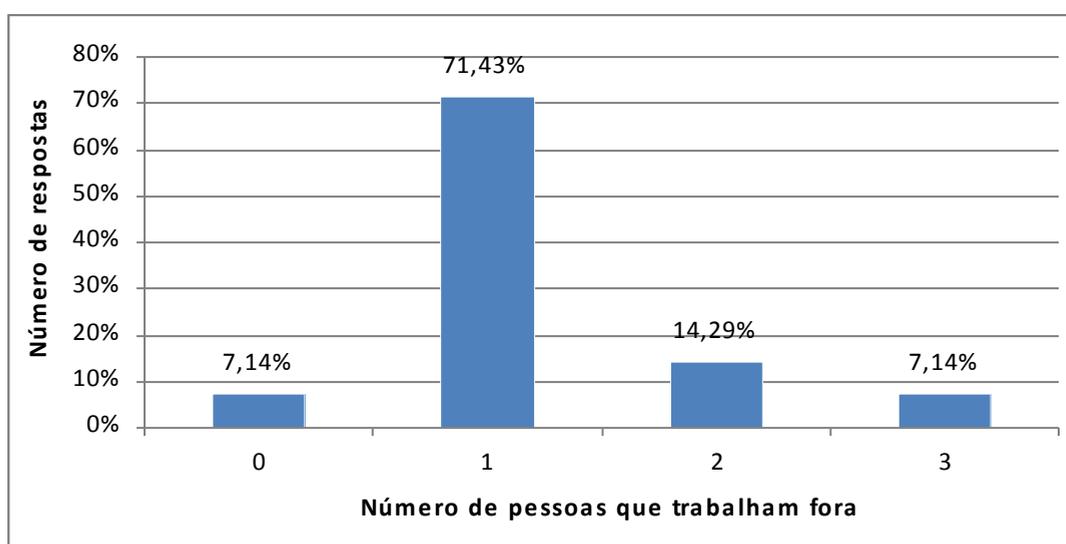


Figura 4.3- Número de pessoas que exercem atividades remuneradas na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009) .

Das dezessete pessoas da comunidade, que exercem atividades remuneradas, apenas quatro delas possuem vínculo trabalhista, carteira de trabalho assinada e possuem seus direitos trabalhistas assegurados por lei. O número de trabalhadores formais está apresentado na figura 4.4.

Este fato, além de ocasionar uma renda familiar bastante baixa, gera instabilidade econômica com repercussão social, emocional e psicológica para as famílias, que falam sobre as dificuldades de sobrevivência que afetam suas relações sociais e afetivas.

O racismo no Brasil se apresenta como um dos grandes desafios a serem superados pela população negra, já que esta condição, acrescida da distribuição injusta da riqueza e dos inúmeros benefícios gerados pela política econômica à classe dominante, notadamente "branca", relegam a grande maioria negra a condições extremamente precárias de sobrevivência. (TOMÉ, 2004, p. 02)

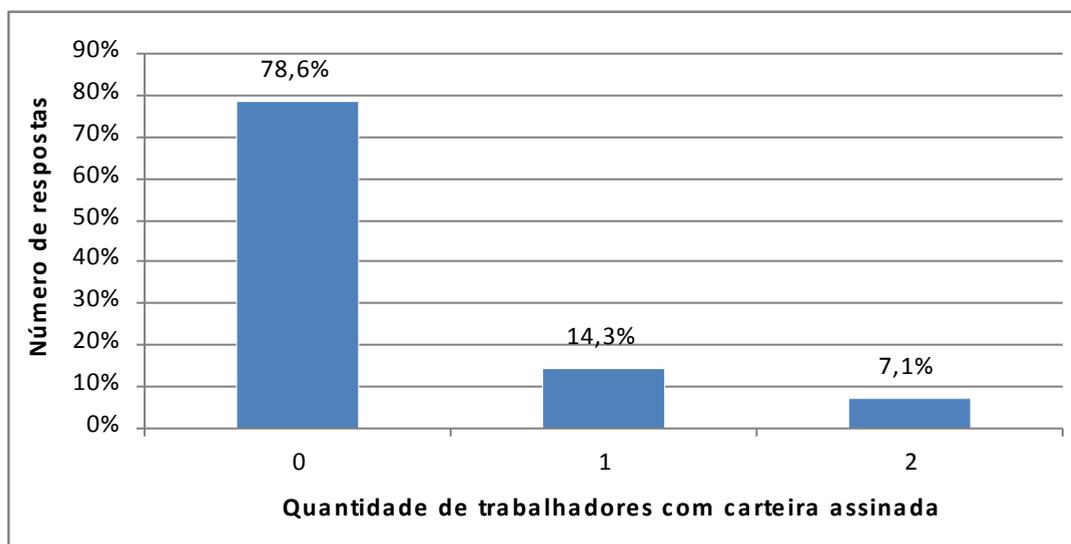


Figura 4.4 - Número de pessoas que exercem atividades remuneradas com vínculo empregatício na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

Das quatorze famílias entrevistadas, apenas duas delas possuem uma renda familiar de três salários mínimos, uma família tem renda de dois salários mínimos, oito famílias possuem apenas um salário mínimo e três famílias sobrevivem com uma renda inferior a um salário mínimo. A distribuição da renda familiar nesta comunidade está apresentada na figura 4.5. Verificou-se uma média salarial de 1,14 salários mínimo por família.

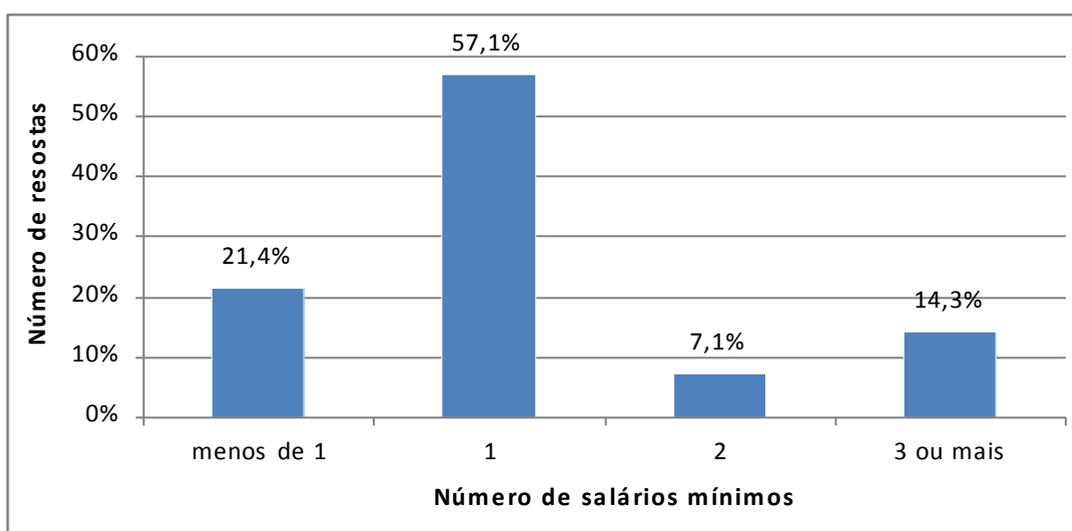


Figura 4.5 - Renda familiar expressa em salários mínimos na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

Os dados referentes à renda familiar dos moradores da Comunidade Quilombola Passo do Maia comprovam que parte significativa da comunidade afro-descendente, está entre a parcela mais pobre da população brasileira.

[...] as escassas avaliações realizadas recentemente tem cumprido um papel relevante para o entendimento da realidade nacional, pois, quando associadas a outras investigações que fogem a visão tradicional e homogênea do trabalhador, apontam quem são os desiguais, entre os quais, não raro, a maioria é afro-descendente [...] (DIEESE, 2001, p.127).

Esta realidade vivenciada em uma comunidade quilombola explicita a necessidade de repensar radicalmente este modelo de organização da vida econômica, social e política. Isso significa reavaliar todo o conjunto de concepções e práticas educacionais estabelecidas, tanto em nível nacional quanto nestas realidades específicas, em grupos tradicionalmente excluídos, para que a educação possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesta perspectiva, se faz necessário um enfoque especial à educação ambiental, visto que vivemos em uma sociedade, em um momento histórico em que tanto os recursos naturais quanto as pessoas ou as relações sociais são coisificadas, somos transformados, reduzidos a meros consumidores e mercadorias.

[...] O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos”. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as “virtudes” exigidas pela concorrência, a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto de calculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre as empresas e os homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas [...] (MELLO e NOVAES, 1999, p.581-582).

Neste cenário, a criatividade para produção de rendas alternativas a fim de dar conta das necessidades básicas da comunidade é imprescindível e urgente, tal como a necessidade da preservação ambiental. A educação ambiental precisa sensibilizar os indivíduos, visto que de forma geral, todos sabem quais práticas são ou não, prejudiciais ao planeta, pois vivemos na era da informação e este é um tema frequentemente abordado em função de sua extrema relevância, pelos meios de comunicação, bem como pelas escolas, muitas vezes concretizado através de projetos, tais como: horta, jardim, limpeza do pátio, reciclagem, entre outros.

Assim sendo, é possível viabilizar ações ambientalmente saudáveis, como por

exemplo, dar uma destinação adequada ao lixo doméstico, e ainda obter uma nova fonte de renda para a comunidade, através da venda dos materiais recicláveis pertencentes a este lixo doméstico.

4.3 Famílias Beneficiadas Por Programas Sociais

Apesar da média de renda familiar ser bastante baixa, das quatorze famílias entrevistadas, apenas seis delas são beneficiadas por programas sociais, destas, todas pelo bolsa família. O número de famílias assistidas por programas sociais está apresentado na figura 4.6.

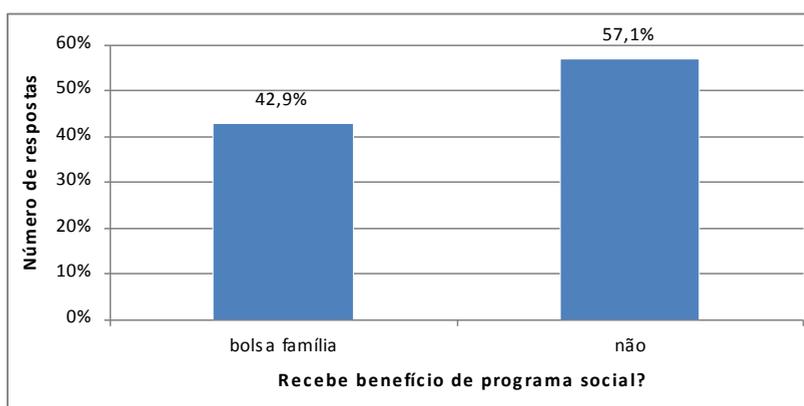


FIGURA 4.6 - Famílias beneficiadas pelo programa social Bolsa Família na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

Algumas famílias já encaminharam a solicitação do benefício e estão aguardando. Questionadas sobre o motivo de não usufruírem do benefício, visto que se enquadram nos requisitos de baixa renda, a totalidade dos entrevistados respondeu que encaminham os papéis e não obtém retorno, ou seja, a burocracia do sistema, problema cuja solução torna-se ainda mais difícil pelo fato destas pessoas serem pouco esclarecidas acerca das medidas a serem tomadas a fim de obterem os benefícios.

Quase 70% dos domicílios que recebem Bolsa Família são chefiados por negros, afirma pesquisa lançada nesta terça-feira (16) pela SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher). O levantamento foi realizado com dados de 1996 a 2007. (RIZZOLOT, 2008)

Estes dados confirmam que a presença negra é preponderante entre os grupos mais pobres e excluídos do país, ocupando as posições mais precárias do mercado de trabalho e possuindo os menores índices de educação formal.

Negros estão ainda em maior proporção abaixo da linha da pobreza, 41,7% contra 20% da população branca. Três vezes mais negros recebem menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, o que representa 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que de brancos.(RIZZOLO, 2008).

Assim, Rizzolot, (2008), apresenta a desigualdade étnico racial, o preconceito perpassa diversos setores de nossa sociedade. Isto está mais explícito no que tange ao aspecto econômico, porém, é inegável sua repercussão cultural e social, pois a população afro-descendente é maioria entre os que se encontram abaixo da linha de pobreza.

4.4 Escolaridade dos chefes das famílias

Dentre as quatorze famílias entrevistadas, doze chefes de famílias, possuem o ensino fundamental incompleto (E.F.I.), um deles é analfabeto e apenas um deles possui o ensino médio incompleto (E.M.I.). O grau de escolaridade dos chefes de família está apresentado na figura 4.2.

Questionados a respeito dos motivos pelos quais não prosseguiram os estudos, a resposta mais freqüente foi a necessidade de trabalhar ainda bastante jovens, a fim de auxiliar no sustento da família, entretanto, salientam a importância do estudo a fim de obter melhores condições de trabalho e renda, destacam ainda que orientam e motivam os filhos neste sentido.

Estes dados comprovam os resultados de diversas pesquisas efetuadas quanto aos índices de escolaridade no país.

A pesquisa mostra que brancos têm, em média, 2,1 anos de estudo a mais do que negros e pardos, quando se analisa a população ocupada, e 1,5 ano de estudo a mais entre os desempregados. Entre os ocupados, a média de escolaridade é de 9,8 anos de estudo para brancos e de 7,7 para negros e pardos. Quando se analisa esse mesmo dado na população desempregada, brancos aparecem com 9,5 anos de estudo, enquanto negros e pardos têm, em média, 8 anos de estudo. A comparação pode ser feita também analisando toda a população em idade ativa (com dez anos ou mais de idade). Entre os brancos, 42,9% possuíam ao menos um diploma de ensino médio completo. Entre os negros, essa proporção caía para 24,9%. (IBGE, 2004, p. 01)

Os baixos índices de escolaridade se constituem em um importante fator de exclusão social, soma-se a isso, a cor negra da pele, e a limitação ao acesso ao conhecimento, bem como aos bens necessários à sobrevivência imposta pela falta de recursos econômicos e temos um grupo tão excluído, tão marginalizado que não consegue nem ao menos avaliar o grau de exclusão em que se encontra, esta é a realidade de uma comunidade quilombola, com graves, profundas e cíclicas repercussões sociais, tais como: elevação das taxas de desemprego, aumento dos índices de criminalidade, aumento no número de dependentes químicos, aumento das taxas de divórcios, maior incidência de crianças, adolescentes e jovens provenientes de famílias desestruturadas, acarreta maior possibilidade de perpetuação e agravamento de toda esta problemática, visto que tudo está interligado, cada fenômeno constituindo-se em causa e consequência entre si.

Percebemos o processo de branqueamento existente no sistema educacional brasileiro, pois à medida que aumenta o nível escolar, diminui o índice de alunos negros. De acordo com os estudos realizados pelo INEP/MEC, com base em pesquisa do IBGE, de 2002, onde os negros representam 53,2% do total de alunos do Ensino Fundamental contra 46,4% de brancos. No Ensino Médio a proporção de alunos negros baixa para 43,9%, no Ensino Superior é de 23,1% e na Pós-Graduação, o índice cai para 17,6%, enquanto que para brancos e asiáticos, os índices vão sendo ampliados nas etapas superiores de escolarização. (...) Aqui no Brasil, os negros contam com uma população de 45,3% do total, segundo o Censo do IBGE (2000). Este dado abrange as pessoas consideradas "pretas" e "pardas". Porém, eles são maioria no analfabetismo, no desemprego, na pobreza e na população carcerária. Homens e mulheres negras ganham 60% menos que os brancos. Negros com as mesmas habilitações que os brancos tem sido preteridos em processos de seleção. (JESUS, 2003, p. 1-4)

4.5 Importância da preservação ambiental

Questionados acerca da importância da preservação ambiental, todos os quatorze representantes das famílias disseram ser importante sim, a preservação do meio ambiente. Verificou-se, portanto, que apesar do baixo nível de escolaridade, apesar da baixa média de renda, o que limita o acesso ao conhecimento e a informação, os quilombolas possuem uma boa noção de meio ambiente, bem como da importância de sua preservação, assim como da relação entre este e a saúde das pessoas.

Considera-se que isto se deve em parte a freqüente presença e trabalhos da agente da pastoral da criança, da funcionária da EMATER, que realiza visitas e trabalhos mensais na comunidade, da atuação da assistente social que desenvolve projetos na localidade, bem como, das informações e conhecimentos produzidos pelos alunos no ambiente escolar. Constatou-se que a escola trabalha cotidianamente este tema, além de desenvolver projetos como horta, coleta e reciclagem de lixo, limpeza do pátio, construção e manutenção de jardins e plantio de mudas de árvores.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, cria uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que diz respeito a um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o envolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. (JACOBI, 2003, p. 1)

4.6 Coleta De Lixo e Degradação Ambiental Na Comunidade

Questionados a cerca da existência de problemas ambientais na comunidade, apenas quatro pessoas disseram não haver problemas desta ordem. As respostas dos moradores está apresentada na Figura 4.7.

Entre as dez pessoas que disseram haver problemas de degradação ambiental na localidade, citaram a questão do lixo que muitas vezes é atirado no entorno, a poluição de um açude e de uma vertente de água existentes na localidade.

A orientação do poder público municipal é para que a coleta do lixo ocorra em intervalos de quinze dias, entretanto, ocorre em média, a cada vinte dias, não sendo uma coleta seletiva. Muitos dos moradores disseram ainda, que costumavam separar o lixo, destinando cada categoria (papel, plástico, latas, etc) em um saco plástico diferente, entretanto, esse material era todo misturado no caminhão no momento da coleta, desta forma, deixaram de realizar a coleta seletiva dos resíduos.

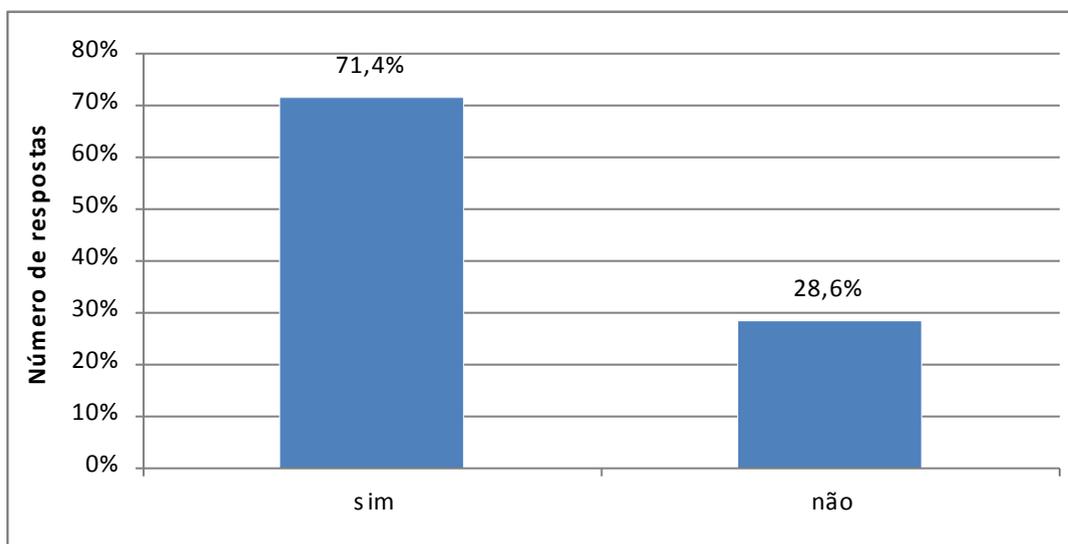


Figura 4.7 – Resposta afirmativa ou negativa à questão da existência de problemas ambientais na comunidade na perspectiva das famílias residentes na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

Questionados a respeito da destinação dada ao lixo orgânico, nove pessoas disseram colocá-lo na horta, quatro pessoas enterram a fim de servir de adubo, e uma pessoa disse deixar junto com os demais resíduos sólidos a fim de ser levado pelo caminhão da coleta. Esses dados estão apresentados na figura 4.8.

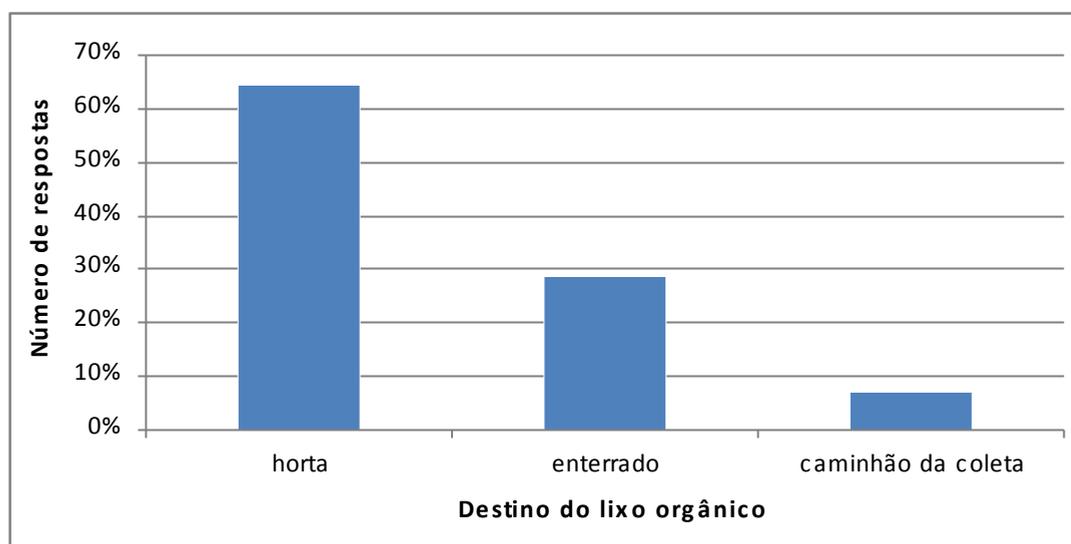


Figura 4.8 - Destinação dos resíduos orgânicos na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS. (pesquisa realizada em outubro de 2009).

De maneira geral, as respostas fornecidas pelos moradores aos questionamentos, demonstram certo conhecimento acerca das questões ambientais, e das práticas ambientalmente adequadas. Uma evidência disso foi que quando questionados quanto à importância da coleta seletiva dos resíduos sólidos, 13 dos entrevistados disseram ser importante sim e, apenas 1 deles não reconheceu a importância da separação dos resíduos.

É importante efetuar práticas de educação ambiental que sensibilizem a comunidade, a fim de produzir uma mudança de percepção para que seja possível uma mudança nas práticas e atitudes cotidianas.

Questionados sobre haver alguma família na comunidade obtendo renda através da venda de material reciclado, a resposta foi unânime. Os 14 entrevistados disseram que não. Assim sendo, propôs-se ao grupo efetuar a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos pelas famílias, com a finalidade de comercializar os resíduos recicláveis. Todos os entrevistados disseram ser possível implementar a coleta seletiva, havendo a concordância de todas as famílias e de um local adequado para o armazenamento destes resíduos. Segundo os entrevistados, há vários materiais passíveis de reaproveitamento. Entretanto, quanto à venda destes materiais, 10 pessoas disseram ser possível, 1 dos entrevistados considera difícil em função da organização da comunidade e, 3 deles não souberam responder, estes dados estão apresentados na figura 4.9.

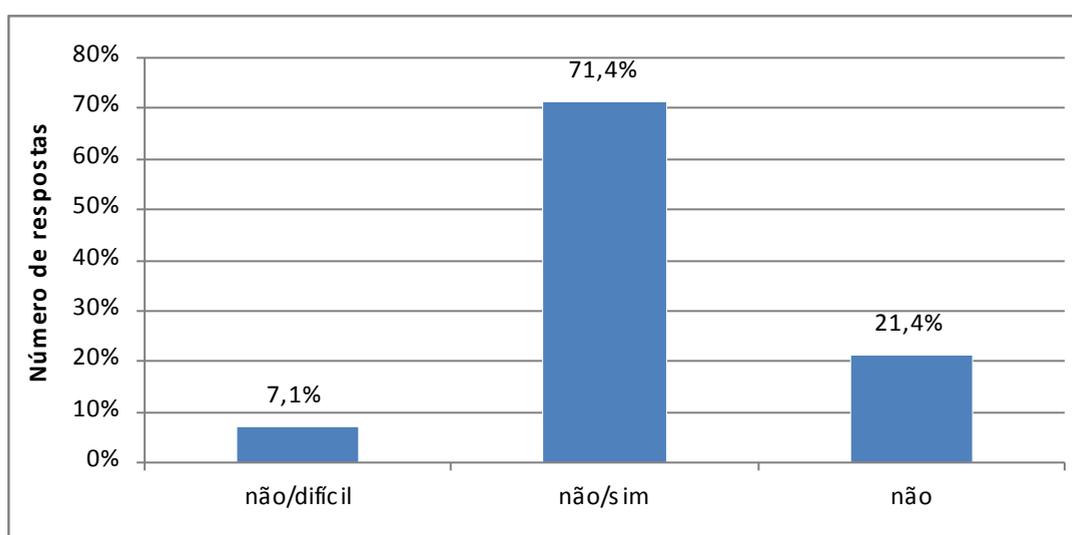


Figura 4.9 – Respostas às perguntas: “A comunidade obtém renda através da venda de material reciclado? Em sua opinião isto seria possível de se implementar?” na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

4.7 Degradação Ambiental e Doenças Infantis na Comunidade

Quanto à incidência de doenças infantis entre as crianças da comunidade, 13 entrevistados disseram não ser frequente, ocorrendo de forma esporádica, sendo que apenas 1 deles afirmou ser freqüente os casos de doenças entre as crianças. Nos casos de ocorrência, verificou-se que as doenças que acometem as crianças da comunidade com maior freqüência, geralmente são gripes, resfriados, febre, tosse, verminoses e diarréias. Os moradores entrevistados atribuem essas doenças ao clima e a umidade, visto que em zona rural as crianças andam mais soltas no ambiente. Estes dados estão apresentados na figura 4.10.

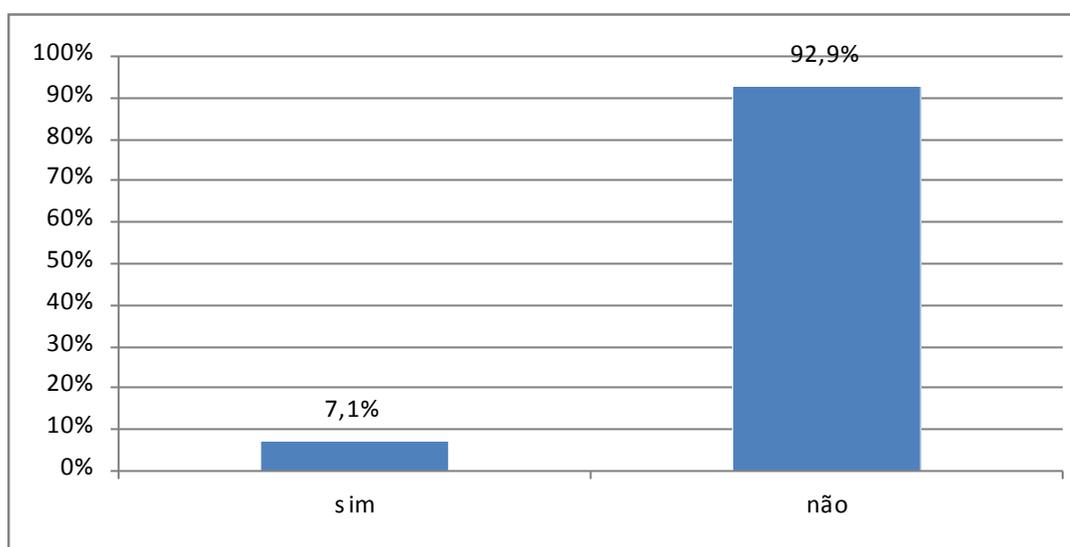


Figura 4.10 – Resposta ao questionamento: “As crianças da comunidade costumam adoecer com frequência?” na Comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

Questionados a respeito das causas das doenças infantis presentes na comunidade, se há ou não, relação com problemas ambientais, tais como o contato com o lixo ou com águas contaminadas, problemas esses que foram apontados pelos moradores da comunidade, 9 dos 14 entrevistados disseram não haver nenhuma relação, 4 deles atribuem sim a incidência destas doenças ao contato com lixo, água e solos contaminados e 1 dos entrevistados não soube responder, conforme a Figura 4.11.

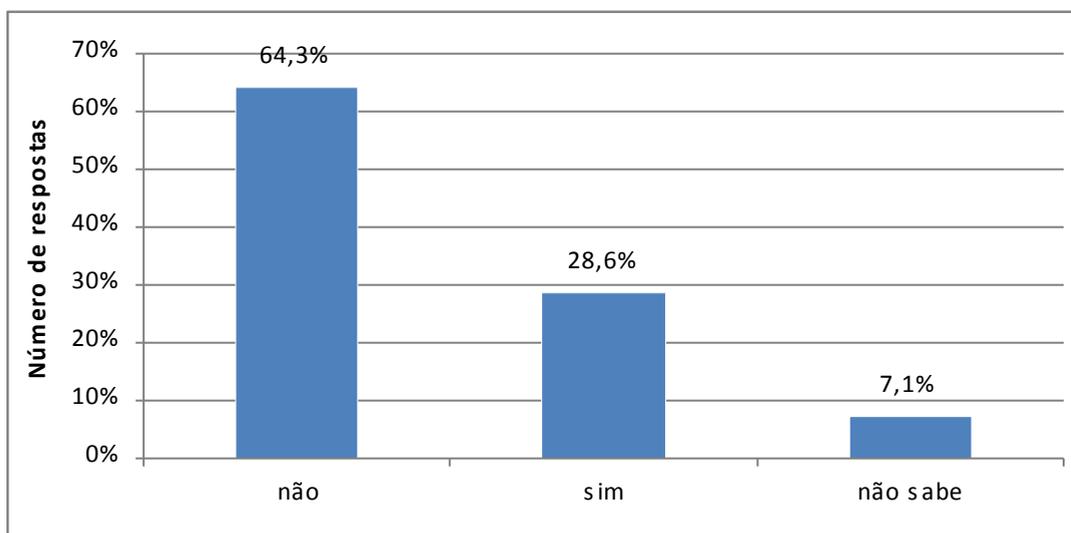


Figura 4.11 – Respostas ao questionamento: “em sua opinião, as doenças das crianças podem ser atribuídas aos problemas do meio ambiente, tais como contato com o lixo, poluição de águas e solos?” na comunidade Quilombola Passo Do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (pesquisa realizada em outubro de 2009).

É sabido que diversos fatores interferem e afetam a saúde humana, sendo que as crianças costumam ser ainda mais vulneráveis às influências externas, entre estas destaca-se a influência da alimentação, clima, águas contaminadas, entre outros. Esses fatores afetam a saúde, prejudicam o desenvolvimento, podendo muitas vezes ocasionar óbitos.

Um clima frágil, pouca comida e a falta de água potável impulsionam a ocupação inadequada do solo. As crianças mais pobres são as mais vulneráveis. Também são as primeiras a sentir o aumento da má alimentação e, conseqüentemente, as suas desordens, o que prejudica no seu crescimento e desenvolvimento, inviabilizando a sua saúde. Segundo a OMS, 4,5 mil crianças morrem por dia devido a alguma doença de via hídrica. A crescente contaminação, a exploração excessiva das fontes hídricas e a degradação nas zonas de captação de água, agravam a situação. Se espera que o falecimento por asma, a enfermidade mais comum entre as crianças, aumente em 20% até 2016. (NETO, 2009, p. 01)

De forma geral e abrangente, percebe-se que quanto maiores são as restrições econômicas das pessoas, maiores são as restrições quanto ao acesso a informações e conhecimentos, o que por sua vez, dificulta ainda mais a capacidade das pessoas de perceberem a real situação em que se encontram. Desta forma é imprescindível e urgente, a adoção de medidas que permitam a quebra deste nocivo e cruel círculo vicioso. É um trabalho que precisa ser iniciado a nível local com perspectiva de uma gradativa ampliação.

Assim, definir e compreender a pobreza e suas várias dimensões é, também, tornar transparente o número da população excluída de políticas públicas e de direitos sociais previstos e assegurados pela Constituição brasileira. Portanto, o Brasil, com 170 milhões de habitantes, a nona economia mundial e a quarta maior concentração de renda do planeta (só perdendo para países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia), tem em seu território cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês. Ou seja, 29,26% da população do país não conseguem atender minimamente a suas necessidades diárias. (NERI, 2002, p. 1)

Desta forma, a importância do poder público, bem como de instituições e entidades privadas, efetuem estudos que possibilitem um maior conhecimento a respeito das realidades econômicas, políticas e sociais de comunidades quilombolas historicamente excluídas, a fim de que se possa implementar medidas que possam minimizar o quadro de desigualdades vivenciado no Brasil. Entre essas medidas, é fundamental que se viabilizem ações de educação ambiental, que não apenas sensibilizem este público quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais do meio em que estão inseridos, mas que acima de tudo, explicitem as relações entre preservação ambiental, qualidade de vida e saúde, através da redução de doenças. Especialmente entre a população infantil, que é a mais atingida, bem como o inverso, ou seja, os malefícios que a degradação ambiental causa ao homem, seu causador.

5 CONCLUSÃO

A partir da metodologia utilizada, fundamentada na revisão bibliográfica realizada, foi possível obter as seguintes conclusões:

A Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada no Fundo do Formigueiro, zona rural do município de Formigueiro é composta por 18 famílias, o número médio de habitantes nesta comunidade vem sendo gradativamente reduzido, especialmente em função da migração dos jovens em busca de trabalho e renda. A média de renda familiar é bastante baixa, pois a maioria dos moradores economicamente ativos desenvolve atividades informais, o que afeta diversos âmbitos da vida destas pessoas, tais como social e cultural. O grau de escolaridade dos chefes destas famílias, em sua grande maioria se limita ao ensino fundamental incompleto, tendo ainda alguns analfabetos.

Foi constatada a existência de alguns problemas de degradação ambiental na Comunidade quilombola Passo do Maia, entre eles, destaca-se a poluição de águas e solos em função da destinação inadequada dos resíduos domésticos, que muitas vezes são depositados no entorno. É considerável a quantidade de lixo doméstico exposto a céu aberto, em área próxima às residências, o quê, além de ocasionar poluição ambiental, ainda gera riscos à segurança da população, pois alberga vetores, como insetos, ratos, animais domésticos e microorganismos que permitem a disseminação de diversas doenças (ABREU, 1990). Segundo Tavares & Freire (2003) sendo o lixo um problema cultural, a mudança de atitude da população pode vir a ser associada a uma transformação cultural. E aí se insere a importância da educação ambiental, voltada ao manuseio adequado do lixo doméstico.

A educação ambiental é uma peça chave para uma política de destinação adequada do lixo doméstico, e a informação pode contribuir para a mudança de condutas e comportamentos, tendo papel fundamental na preservação ambiental. Diante desse quadro, indicam-se as práticas educacionais, ligadas principalmente ao destino do lixo doméstico, que bem aplicadas, levem as pessoas a adquirirem os conhecimentos para prevenção de doenças, alcançando melhorias higiênico-sanitárias e evidenciando o valor da orientação pedagógica para a conscientização da população (TAVARES, 2003).

Apesar da coleta de lixo ser mais esporádica do que o ideal, ocorrendo a cada 20 dias, é possível melhorar o entorno a partir de práticas adequadas em relação ao lixo doméstico produzido na comunidade, tais como:

- separação dos resíduos orgânicos e sólidos;
- Classificação e armazenamento dos resíduos secos por categorias: papéis, plásticos, vidros, etc.
- Acondicionar bem os resíduos secos e guardar em local seguro até a coleta;
- Reaproveitar sempre que possível os resíduos secos;
- Evitar adquirir produtos acondicionados em embalagens descartáveis;
- Reduzir a produção de lixo através do reaproveitamento e do consumo racional;
- Enterrar os resíduos orgânicos a fim de serem utilizados como adubo orgânico nas hortas existentes na localidade;

A adoção destas medidas ambientalmente equilibradas, para a destinação do lixo doméstico resultará na melhoria do entorno e, por conseguinte, na qualidade de vida e saúde dos moradores, pois possibilitará uma redução na incidência de doenças relacionadas ao contato regular com o lixo que fica espalhado no entorno, poluindo ar, águas e solos, especialmente no que tange ao público infantil, tais como verminoses e diarreias.

A sensibilização dos moradores, quanto à questão da preservação ambiental é possível, visto que demonstram boa vontade em adotar novos hábitos ambientalmente mais saudáveis, mostram-se abertos a novas práticas. As crianças e adolescentes que freqüentam a escola são importantes agentes transmissores, multiplicadores, de novas idéias e práticas. Outra influência positiva que a comunidade recebe, é a atuação da extensionista de bem estar social da EMATER / RS ASCAR, de uma representante da Pastoral da Criança, que atua junto à comunidade, e ainda da assistente social do município.

Os conceitos de meio ambiente e degradação ambiental da comunidade, bem como sua correlação com a saúde e qualidade de vida dos moradores são rudimentares, embora, estas pessoas possuem noções acerca dos conceitos de meio ambiente e de degradação ambiental. A comunidade apresenta dificuldade em estabelecer relação entre degradação ambiental e incidência de doenças.

O presente trabalho possibilitou um significativo conhecimento acerca da Comunidade estudada, suas necessidades, potencialidades, problemas de degradação ambiental vivenciados na localidade, bem como possíveis ações a serem efetuadas a fim de reduzir estes danos ao ambiente e, por conseguinte à saúde e qualidade de vida dos moradores.



6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, JLC e col. **Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 24, n. 5, 1990.

ALENCAR, Francisco et alii. **História da Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

Ambiental não é só falar do macaquinho azul... In: **Mato Grosso, Rede de Educação Ambiental. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** / Michèle Sato (Coord.) – Cuiabá: 2007.

AMBIENTEBRASIL. **Comunidades Remanescentes de Quilombos:** Contribuição para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em http://www.ambientebrasil.com.br/artigos/comunidade_quilombola.html. Acesso em 15 de outubro de 2009.

AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Educação. In: Ferraro Jr., Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BENTO, Cláudio Moreira. **O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975).** POA: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Ciclo de Palestras Sobre Meio Ambiente.** Brasília: MEC; SEF, 2001.

CAPRA, F. **A Teia Da Vida.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

COTRIM, Gilberto. **História & Reflexão.** 9º ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômico. **A Situação Do Trabalho No Brasil.** São Paulo, 2001

FARINATTI, Luis Augusto E. 1999. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem:** Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). 1999. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

FELDMANN, Fábio; MACEDO, Laura Valente de. **Mudanças Climáticas: Da Ação Local Ao Impacto Global**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 43ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação Para o Consumo Sustentável**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

GONZALES, Carlos Eduardo Fortes; SILVA, Maclóvia Corrêa da. **A Ética na Educação Ambiental: As Omissões e suas Implicações Reducionistas**. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/carlos_gonzales.pdf+A+ética+na+educação+ambiental:+as+omissões+e+suas+implicações+. Acesso em 15 de setembro de 2009.

GORENDER, Jacob. **Escravidão Reabilitada**. Editora Ática: São Paulo, 1991.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. 5º ed. Ver. E ampl. São Paulo: Ática. 1988.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HILLIG, Klayton. **Sociedade e Meio Ambiente**. Santa Maria: caderno didático para a disciplina de Tópicos de Educação Sócio Ambiental do Curso de Especialização em Educação Ambiental oferecido pelo Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, na modalidade de Educação à Distância, através da Universidade Aberta do Brasil, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBGE. **Desigualdade**. Rio de Janeiro, 05 de junho de 2004. Disponível em <file:///IBGE.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa no.118, São Paulo: Autores associados, 2003.

JESUS, Lori Hack De. **As Desigualdades nos Contextos Educacionais**. Mato Grosso, UFMT. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/7018255/gt211461int>. Acesso em 15 de setembro de 2009.

LAYRARGUES, P.P. **Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócioambientais**. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. 4º ed. POA: Mercado Aberto, 1985.

MAESTRI, Mário. **O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho**. POA. UFRGS, 1993.

_____. **Deus é Grande, o mato é maior!** História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. **Uma História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Uma História do Rio Grande do Sul: Da Pré- História aos Dias Atuais**. 2º ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000.

_____. **O Escravismo No Brasil**. 4º ed. São Paulo: Atual, 1994.

MELLO, J.M.C. e NOVAES, F.A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna**. In: NOVAES, F.A. (coord). História da Vida Privada no Brasil. 4º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombo, insurreições, guerrilhas**. 3º ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Preconceito Racial no Sistema Educativo Brasileiro e Seu Impacto no Processo de Aprendizagem do “Alunado Negro”**. In: AZEVEDO, Clóvis, GENTILI, Pablo, KRUG, Andréa e SIMON, Cátia. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. UFRGS / Secretaria Municipal de Educação, 2000.

NERI, Marcelo. **Concentração de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

NETO, Efrain. **As mudanças climáticas e um novo cenário para as crianças e a juventude**. Mercado Ético sua Plataforma Global Para a Sustentabilidade, São Paulo, 12 de janeiro de 2009. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/as-mudancas-climaticas-e-um-novo-cenario-para-as-criancas/>. Acesso em 22 de setembro de 2009.

OLIVA, Jaime Tadeu. **Globalização, Educação e Meio Ambiente: Uma Discussão Sobre a Escala de Abrangência**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

PEREIRA, Júlio César R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2004.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra no Brasil**. 3º ed.. São Paulo: Ática,1993.

QUINTAS, José Silva. **Educação Ambiental e Cidadania: Uma Construção Necessária**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

RIZZOLO, Fernando. **Negros são Maioria dos que Recebem Bolsa Família**. Blog do Rizzolo, São Paulo, 16 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://rizzolot.wordpress.com/negros-sao-maioria-dos-que-recebem-bolsa-familia-diz-pesquisa/>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

RUBERT, Rosane A. **Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar**. POA: RS Rural; Brasília: IICA,2005.

SANTOS, Guaraci. **A Violência Branca Sobre o Negro no Rio Grande do Sul (1725 – 1889)**. 2º ed. POA: Caramuru,1990.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História Moderna e Contemporânea**. 8º ed. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, editora HUCITEC, 2ª edição, 1997.

SENRA, Ronaldo; SOARES, Paulo; OLIVEIRA Jr., SAMUEL B. **Falar de Educação**.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Eduardo Silva, João José Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVEIRA, R. M. Região e História: Questão do Método. In SILVA, M. **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Globalização e Autonomia: Limites e Possibilidades**. Santa Maria. Revista Extensão Rural Ano 8-Jan-Dez-2001-ISSN 1415-7802.

_____. **As Três Dimensões Temporais: Certeza da Incerteza**. Santa Maria: A Razão, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

Tavares C & FREIRE, IM. **"Lugar do lixo é no lixo"**: estudo de assimilação da informação. Ci. Inf., Brasília, 2003, v. 32, n. 2.

THIOLLENT, Jean Marie Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMÉ, Gerusa de Fátima. **Racismo**: O negro e as condições de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro no final da década de 90. Revista Urutágua, Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2004.

TORRES, Patrícia Lupion. (org.) **Uma Leitura Para os Temas Transversais**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí. Editora Unijuí, 2002.



ANEXOS



ANEXO 1 PESQUISA DE CAMPO

- 1- Quantas pessoas residem na casa?-----
- 2- Quantas dessas pessoas trabalham fora?-----
- 3- Entre as que trabalham fora, quantas possuem carteira assinada?-----
- 4- A renda familiar é:
 - A- () Inferior a um salário mínimo;
 - B- () Um salário mínimo;
 - C- () Dois salários mínimos;
 - D- () Três salários ou mais;
- 5- A família é beneficiária de algum tipo de programa social do governo? Qual?--

- 6- Quanto à escolaridade:
 - A- () Os pais possuem ensino médio completo;
 - B- () Os pais possuem ensino médio incompleto;
 - C- () Os pais possuem ensino fundamental completo;
 - D- () Os pais possuem ensino fundamental incompleto;
 - E- () Os pais possuem curso superior.
- 7- A família considera importante a preservação do meio-ambiente? De que forma isso deve ser feito?
- 8- Na sua opinião, existem problemas de degradação ambiental na comunidade? Quais?
- 9- Existe coleta de lixo na comunidade? Com que frequência ela é realizada? A coleta do lixo é seletiva?
- 10- Na sua opinião a coleta seletiva é importante? Há possibilidade de se efetuar na comunidade?
- 11- Qual o destino dado ao lixo orgânico?
- 12- A comunidade obtém renda através da venda de material reciclado? Em sua opinião isto seria possível de se implementar?
- 13- As crianças da comunidade costumam adoecer com frequência? Que tipo de doenças são mais comuns?
- 14- Em sua opinião, algumas dessas doenças podem ser atribuídas à problemas do meio ambiente, tais como, contato com o lixo, poluição de águas e solos? Por quê?
- 15- De onde vem a água consumida pela comunidade? É tratada?

ANEXO 2 Tabela do censo do IBGE

Tabela 11.2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2003				
Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
	Total	Cor		
		Branca	Preta	Parda
Brasil (1)	11,6	7,1	16,9	16,8
Norte (2)	10,1	7,0	14,0	11,0
Rondônia	8,6	5,0	16,8	10,4
Acre	16,9	12,1	21,3	18,3
Amazonas	6,6	5,4	5,0	7,3
Roraima	9,7	4,6	12,5	10,4
Pará	10,6	7,4	13,2	11,6
Região Metropolitana de Belém	5,6	3,4	6,1	6,4
Amapá	9,3	8,2	11,1	9,3
Tocantins	17,6	11,4	37,1	18,6
Nordeste	23,2	17,7	27,0	25,2
Maranhão	23,8	17,9	22,5	25,4
Piauí	28,4	20,5	40,1	30,3
Ceará	22,8	16,0	33,9	25,6
Região Metropolitana de Fortaleza	12,0	8,0	16,7	14,0
Rio Grande do Norte	23,4	16,3	26,3	27,1
Paraíba	25,2	19,8	40,2	27,4
Pernambuco	21,8	17,1	28,8	24,1
Região Metropolitana de Recife	11,4	7,2	16,6	13,7
Alagoas	30,4	21,8	48,7	33,5
Sergipe	19,2	14,0	27,6	20,7
Bahia	21,4	17,8	22,5	22,4
Região Metropolitana de Salvador	7,1	4,1	9,5	7,0
Sudeste	6,8	5,0	12,1	9,5
Minas Gerais	11,0	7,9	17,9	13,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5,9	4,3	9,9	6,7
Espírito Santo	10,3	6,6	22,4	12,0
Rio de Janeiro	4,6	3,4	8,5	5,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3,6	2,4	6,6	5,0
São Paulo	5,4	4,5	9,5	7,5
Região Metropolitana de São Paulo	4,6	3,7	8,7	5,9
Sul	6,4	5,2	12,0	12,1
Paraná	7,8	6,2	17,9	12,6
Região Metropolitana de Curitiba	3,6	2,9	5,7	6,9
Santa Catarina	5,0	4,4	6,0	11,2
Rio Grande do Sul	5,8	5,0	11,0	11,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,7	3,6	4,5	4,7
Centro-Oeste	9,5	6,9	15,1	11,2
Mato Grosso do Sul	9,6	7,0	16,5	11,6
Mato Grosso	10,7	7,3	16,5	12,3
Goiás	10,9	8,3	19,2	12,5
Distrito Federal	4,5	3,1	5,6	5,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclui a população rural.

ANEXO 3 Tabela Do Censo do IBGE

Tabela 11.7 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por cor, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2003

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade			
	Total	Cor		
		Branca	Preta	Parda
Brasil (1)	6,4	7,3	5,6	5,4
Norte (2)	6,4	7,2	5,9	6,1
Rondônia	6,3	7,1	5,6	5,8
Acre	6,3	7,2	5,2	6,1
Amazonas	6,9	7,5	6,9	6,6
Roraima	6,9	7,7	5,5	6,8
Pará	6,0	6,9	5,8	5,7
Região Metropolitana de Belém	7,3	8,2	7,0	6,9
Amapá	6,9	7,9	6,5	6,7
Tocantins	5,6	6,8	4,0	5,3
Nordeste	5,1	6,0	4,8	4,7
Maranhão	4,7	5,7	5,2	4,4
Piauí	4,4	5,5	3,7	4,1
Ceará	5,3	6,2	4,1	4,9
Região Metropolitana de Fortaleza	6,7	7,7	5,5	6,3
Rio Grande do Norte	5,4	6,5	4,7	4,9
Paraíba	4,9	5,8	3,4	4,4
Pernambuco	5,4	6,3	4,7	4,9
Região Metropolitana de Recife	6,9	8,0	5,9	6,3
Alagoas	4,4	5,5	3,2	3,9
Sergipe	5,7	6,7	5,2	5,3
Bahia	5,0	5,8	5,2	4,7
Região Metropolitana de Salvador	7,3	8,9	6,7	7,0
Sudeste	7,1	7,7	5,9	6,1
Minas Gerais	6,3	7,0	5,1	5,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	7,4	8,3	6,2	6,7
Espírito Santo	6,5	7,3	5,3	6,0
Rio de Janeiro	7,4	8,2	6,0	6,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,7	8,6	6,2	6,6
São Paulo	7,4	7,8	6,5	6,4
Região Metropolitana de São Paulo	7,8	8,3	6,8	6,7
Sul	7,0	7,2	5,8	5,6
Paraná	6,9	7,3	5,1	5,6
Região Metropolitana de Curitiba	7,7	8,1	6,4	6,1
Santa Catarina	7,1	7,3	6,3	5,6
Rio Grande do Sul	6,9	7,1	5,9	5,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	7,7	7,9	6,7	6,4
Centro-Oeste	6,6	7,5	6,0	6,0
Mato Grosso do Sul	6,4	7,1	5,1	5,7
Mato Grosso	6,2	7,2	5,9	5,7
Goiás	6,3	7,0	5,2	5,7
Distrito Federal	8,3	9,3	7,9	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclui a população rural.

ANEXO 4 Tabela Do Censo do IBGE

Tabela 11.8 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal em salário mínimo da população ocupada, por cor, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2003.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População ocupada, por cor			
	Branca		Preta e parda	
	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal em salário mínimo	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal em salário mínimo
Brasil (1)	8,30	3,90	6,00	1,93
Norte (2)	8,20	3,30	6,75	2,11
Rondônia	8,10	3,40	6,38	2,36
Acre	8,00	4,00	6,43	2,57
Amazonas	8,80	3,40	7,52	2,26
Roraima	8,60	3,60	7,21	2,42
Pará	7,60	2,90	6,44	1,88
Região Metropolitana de Belém	9,10	3,30	7,71	2,09
Amapá	9,50	4,80	7,53	3,07
Tocantins	7,90	3,40	5,77	1,80
Nordeste	6,90	2,60	5,05	1,47
Maranhão	6,40	2,40	4,90	1,45
Piauí	6,00	2,20	4,20	1,24
Ceará	6,80	2,30	5,06	1,36
Região Metropolitana de Fortaleza	8,70	3,30	6,85	1,97
Rio Grande do Norte	7,80	2,60	5,59	1,57
Paraíba	6,70	2,30	4,88	1,56
Pernambuco	7,20	2,50	5,22	1,49
Região Metropolitana de Recife	9,20	3,50	7,03	1,93
Alagoas	6,80	2,90	4,35	1,30
Sergipe	7,50	2,70	5,80	1,81
Bahia	6,80	3,10	5,19	1,53
Região Metropolitana de Salvador	10,00	5,20	7,74	2,13
Sudeste	8,80	4,40	6,74	2,25
Minas Gerais	7,90	3,30	6,07	1,84
Região Metropolitana de BH	9,40	4,50	7,39	2,34
Espírito Santo	8,10	3,70	6,41	2,09
Rio de Janeiro	9,30	4,80	7,11	2,40
Região Metropolitana do RJ	9,80	5,10	7,41	2,52
São Paulo	9,00	4,70	7,21	2,56
Região Metropolitana de SP	9,50	5,30	7,63	2,73
Sul	8,00	3,70	6,14	2,03
Paraná	8,20	3,70	6,05	2,02
Região Metropolitana de Curitiba	9,00	4,20	6,64	2,29
Santa Catarina	8,10	3,80	6,37	2,19
Rio Grande do Sul	7,80	3,50	6,20	1,99
Região Metropolitana de POA	8,90	4,30	7,23	2,33
Centro-Oeste	8,50	4,50	6,65	2,49
Mato Grosso do Sul	8,20	3,80	6,31	2,15
Mato Grosso	8,20	4,30	6,35	2,29
Goiás	8,00	3,60	6,30	2,15
Distrito Federal	10,60	7,80	8,30	4,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

ANEXO 5 FOTOS



Figura A1 - Vertente natural localizada na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009).



Figura A2 - Vertente natural localizada na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009) .



Figura A3 - Entorno das residências na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009) .



Figura A4 - Entorno das residências na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009) .



Figura A5 - Residências da Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009).



Figura A6 - Encontro realizado em 12/10/2009 na Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada na zona rural do município de Formigueiro-RS (outubro de 2009) .